



INDICE

EDITORIAL 2

MATÉRIA DE CAPA 3

A crise ética da comunicação nasce do impasse ético contemporâneo 3

 Entrevista com Pedro Gomes 3

A eficácia das regras exige uma pressão moral externa..... 9

 Entrevista com Claude Jean-Bertrand 9

A sociedade deve cobrar qualidade da mídia 11

 Entrevista com Carlos Alberto Di Franco 11

Uma teoria ética para o jornalismo 13

 Entrevista com Francisco Karam..... 13

A democracia se mede pela participação da sociedade na comunicação 16

 Por Pedrinho Guareschi 16

DESTAQUES DA SEMANA..... 22

ENTREVISTAS DA SEMANA..... 22

Fim de Jogo	22
Entrevista com Paulo Arantes.....	22
Vianna rebate catastrofismo da crítica da USP	28
Entrevista com Luiz Werneck Vianna.....	28
LIVRO DA SEMANA	29
Multidão. Guerra e Democracia na Era do Império	29
Novo livro de Antonio Negri e M. Hardt	29
MEMÓRIA	36
22 de julho de 1944: A infância do domínio americano.....	36
Em Bretton Woods se delineava a nova ordem econômica mundial.	36
DEU NOS JORNAIS	40
FRASES DA SEMANA.....	45
EVENTOS IHU.....	46
CICLO DE ESTUDOS SOBRE “O MÉTODO”, DE EDGAR MORIN	46
ABRINDO O LIVRO	48
IHU IDÉIAS	48
II CICLO DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL	49
ERA VARGAS EM QUESTÃO	49
SIMPÓSIO INTERNACIONAL TERRA HABITÁVEL.....	51
SALA DE LEITURA.....	51
ENCONTROS DE ÉTICA PARA ALUNOS	52
UMA CONCEPÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA A UNISINOS.....	52
OS DONOS DO PODER, DE RAYMUNDO FAORO.....	52
IHU ON-LINE É REPRODUZIDO EM SÍTIO ITALIANO.....	53
CORPOREIDADE E TEOLOGIA. CONGRESSO NACIONAL DA SOTER	53
III SIMPÓSIO DE ACONSELHAMENTO E EUGEN DREWERMANN	53
EDITORA UNISINOS PUBLICA UM NOVO LIVRO DE JÜRGEN MOLTSMANN.....	54
IHU REPÓRTER	54
MÁRCIO ROBERTO DE MELLO	54
SALA DE LEITURA.....	56
CARTAS DO LEITOR	58

EDITORIAL

Nesta semana, o Instituto Humanitas Unisinos, após o recesso de julho, retoma a realização dos eventos. Assim, na próxima quinta-feira, retomamos o IHU Idéias, às 17h30min, debatendo o tema Ética e Mídia, tendo como conferencista o pesquisador e

escritor Pedrinho Guareschi, professor do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS. Essa foi a nossa inspiração para o tema de capa do primeiro boletim **IHU On-Line** deste segundo semestre. Uma longa entrevista com o prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes, professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e Pró-Reitor Acadêmico abre o debate. A discussão continua com as entrevistas com Claude-Jean Bertrand, professor emérito do Instituto Francês de Imprensa, da Universidade de Paris-2; Francisco José Castilhos Karam, do Departamento de Comunicação e Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina; Carlos Alberto Di Franco, diretor do Mestrado em Jornalismo para Editores do Centro de Extensão Universitária e da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Navarra, na Espanha. Um artigo do prof. Pedrinho Guareschi contribui para o debate.

Durante a realização do III Fórum Mundial da Educação, em Porto Alegre, de 28 a 31 de julho, o Instituto Humanitas Unisinos – IHU lançou para o grande público os primeiros materiais de divulgação do **Simpósio Internacional Terra Habitável: Um desafio para a humanidade**, a ser realizado de 16 a 19 de maio de 2005.

Também neste mês, de 23 a 25, promovemos, juntamente com o PPG em História da Unisinos, o seminário **Era Vargas em questão**, celebrando a memória dos cinqüenta anos da morte de Getúlio Vargas. A realização desse evento e a produção de dois números do **IHU On-Line** sobre a assim chamada Era Vargas foram as formas que a Unisinos encontrou para participar da análise, do debate e da avaliação de um importante período da história socioeconômica, política e cultural da sociedade brasileira.

A todos e todas desejamos uma ótima leitura e uma excelente semana!

[\(Voltar ao índice\)](#)

MATÉRIA DE CAPA

A CRISE ÉTICA DA COMUNICAÇÃO NASCE DO IMPASSE ÉTICO CONTEMPORÂNEO

Entrevista com Pedro Gomes

Os problemas enfrentados pela ética da comunicação são gerados e alimentados pela crise ética contemporânea, da qual a comunicação é partícipe. Assim, para o Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, professor e pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e Pró-Reitor Acadêmico da nossa Universidade, o debate não deve se limitar aos interesses e posições dos profissionais e das empresas de comunicação, mas abranger a crítica à falta de valores e referenciais da sociedade. Por isso, na sua opinião, um código de ética aplicável à comunicação somente será respeitado se for gestado conjuntamente pela sociedade, empresas e profissionais da área. Ele sustenta que “a ética da mídia deve ser a ética do cidadão”, cabendo aos jornalistas, publicitários e relações públicas adotarem uma postura ética “irrepreensível”, considerando o poder que detêm. Trata-se de uma tarefa difícil, devido ao acomodamento que a crise ética antes citada tende a gerar. Entretanto, somente tal atitude poderá romper o

*círculo vicioso das posições acríicas, contribuindo para o combate às injustiças, que é permanente. Pedro Gomes é graduado em Filosofia pela PUCRS, e mestre e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Sua tese de doutorado intitula-se Para uma história da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação). No PPG, ele desenvolve dois projetos de pesquisa dentro das linhas Mídia e Processos Socioculturais. São eles: Processos Midiáticos e Construção de Novas Religiosidades e A comunicação como problemática para o campo religioso. É autor de vários livros, entre eles **A Comunicação em Debate**. São Paulo: Paulinas, 1994; **Televisão e Audiência. Aspectos Quantitativos e Qualitativos**. São Leopoldo: Unisinos, 1996; **Comunicação. Filosofia. Ética. Política**. São Leopoldo: Unisinos, 1997; e **Tópicos de Teoria da Comunicação. Processos Midiáticos em Debate**. 2.ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.*

IHU On-Line - Quais são os principais dilemas que envolvem a ética e a mídia atualmente?

Pedro Gomes - Sempre parto do pressuposto de que a ética da mídia deve ser a ética do cidadão. Não sei se é o principal, mas um grande problema com que a mídia se debate hoje é que nós vivemos numa crise ética e ela atinge também o profissional da comunicação. Não é que a mídia não tenha ética, ou que tenha problemas éticos, mas é o cidadão que está com problemas, e aí a mídia sofre. A falta de valores, de referenciais na sociedade contemporânea, um certo relativismo fazem com que a comunicação padeça, assim como outras áreas também padecem. Por outro lado, o profissional da comunicação, mais do que nunca, pelos impasses que vivemos, enfrenta o problema da dupla fidelidade. De um lado, ele deve ser fiel à empresa para a qual ele trabalha, precisa defender o seu emprego; de outro lado, tem que ser fiel aos seus princípios éticos e morais. Muitas vezes, ele não consegue fazer a devida equação dessas duas coisas. Há momentos em que deve optar: é fiel a si mesmo, ou é fiel à empresa. Às vezes, determinadas conjunturas fazem com que ele se viole, porque ele não pode sair da empresa. Outras vezes, quando o conflito é muito forte, o profissional da comunicação sai e também sofre com isso. Esse é um problema sério.

IHU On-Line - Essa tentativa de atender o equilíbrio entre a empresa e a ética pessoal abrange outras profissões. Ela não estaria sendo mais difícil de ser obtida nos últimos tempos para os profissionais de comunicação?

Pedro Gomes - Acho que sim, porque o profissional da comunicação trabalha com a informação, com a opinião pública. Esse é sempre um caminho muito delicado, está próximo da manipulação. E por isso esse profissional sente mais dificuldade para posicionar-se, porque, ao mesmo tempo que está trabalhando e tem os seus valores, estes valores não são somente dele; mas são de uma classe, e ele não pode esquecer disso. Muitas vezes, existem problemas humanos fundamentais, e ele não sabe como fazer; outras vezes, as opções da sua empresa são também opções da sua classe. Mas, embora seja difícil, eu procuro ver a ética da comunicação como algo no horizonte do ideal. Portanto, o profissional da comunicação deve buscar sempre uma conduta ética. Ele deve se configurar aos critérios de factibilidade do momento. Não chega a ser uma ética de situação, não é isso. Mas deve agir da forma mais ética possível, fazendo esse equacionamento difícil, sem perder o horizonte da utopia possível. A ética da comunicação é a arte do possível no momento, parafraseando alguém que diz que a política é a arte do possível. Só posso ser ético agora, se coloco no horizonte a imparcialidade, que é quase impossível de se ter, mas eu tenho que buscar o respeito ao outro. Nessa busca, existem alguns valores dos quais eu não posso abrir mão, que são os valores da dignidade da pessoa humana, do direito humano, do respeito à vida, do respeito ao meio ambiente, entre outros. Ninguém pode abrir mão desses valores, muito menos um profissional da comunicação,

porque ele tem um poder na mão. Ele domina a informação de uma maneira que pesa, que coloca sobre a sua cabeça uma hipoteca social muito grande, em termos de ética.

IHU On-Line - Pode-se dizer que esse estímulo para buscar uma utopia já foi mais forte, ou que as dificuldades já foram maiores?

Pedro Gomes - Cada época tem sua própria luta. É complicado comparar épocas. Nós dizemos que a juventude na nossa época, em 1968, era mais batalhadora, nós saímos para a rua, e que hoje a juventude está acomodada. Acho que não. Cada época tem seu desafio. Nós fomos jovens em 1968, foi nosso momento. A gurizada de hoje está sendo jovem nos dias de hoje, está tendo o momento dela e está buscando soluções à sua maneira, boas ou más, eu não sei. Assim também é a busca do jornalista. O que, sim, é verdade, é que por causa dessa crise ética da qual falei, essa crise de parâmetros, de valores, é mais fácil a pessoa se acomodar e se deixar levar. Mas cada pessoa tem seus próprios limites e desafios, e sabe até onde pode ir, ou quando está se violentando. O jornalista tem consciência disso. Por essa razão eu não desculpo o jornalista. Se existe alguém que não tem o direito de dizer que não sabia, é o jornalista. Ele sabe, tem condições, portanto, tem mais responsabilidades. Porém, às vezes, mesmo sabendo, ele pesa outras coisas e faz uma opção. Respeito a opção. Só não aceito ele dizer que não sabia.

IHU On-Line –Estamos numa crise ética mais acentuada e, por outro lado, a formação do cidadão está mais influenciada por esses meios de comunicação. Não estamos prisioneiros de um círculo vicioso?

Pedro Gomes - Pode ser. Mas essa roda viva, esse círculo vicioso, é sempre quebrada, e não será quebrada pelo todo. Em algumas coisas que andei rabiscando sobre ética da comunicação, me apropriei de um conceito de um filósofo latino-americano, Enrique Dussel. Ele escreveu um livro muito interessante chamado *Ética Comunitária. Liberta o Pobre*¹, em que faz uma distinção entre a ética comunitária e a moral social vigente. Diz que a moral social vigente é a objetivação, a concretização de alguns princípios éticos, mas se estrutura numa moral que é aceita por todo mundo, e essa é sempre particular. Não se pode comparar morais, a moral romana, a moral grega, a moral atual. Ela é sempre particular, mas a ética é universal. E permanentemente critica a moral social vigente. Quem faz essa crítica são os profetas, e não a sociedade como um todo. A crítica é feita para mudar o que está errado. Quando se consegue mudar, essa mudança se estrutura numa nova moral social vigente, que precisa permanentemente ser criticada. Para uma moral social vigente é bom e é moral, tudo aquilo que concorre para a manutenção do sistema. E é ruim tudo aquilo que critica o sistema para mudá-lo. No decorrer da história, pessoas emergem e pessoas criticam, e pessoas são agentes de mudança, conseguindo completar círculo de mudanças. Mas não é a sociedade como um todo que resolve esses impasses. Ela até muda, mas é chamada por alguém que, numa linguagem religiosa é o profeta. O Dussel sempre fala do profeta, que liberta o pobre. Fala do pobre como categoria ética fundamental. Mas o que é o pobre? Em cada época, o pobre será de uma maneira. Na época de Jesus, o pobre era o doente, o estrangeiro, o órfão, a viúva, que não tinha nada. Em outra época, foi o escravo, o camponês, o operário. O pobre sempre existirá. Em cada época, haverá um pobre de maneira diferente. Alguns rompem com a situação vigente, nós conhecemos gente, mesmo no mundo da comunicação, que tentaram quebrá-la, que deram o salto. E foram expoentes de uma coisa nova. É como se diz na época da ditadura em relação à tortura. Um torturador diz: "Eu obedeci ordens". A gente tende a culpá-lo por

¹ Dussel, Enrique. *Ética Comunitária. Liberta o Pobre!* Petrópolis: Vozes, 1986.

isso. Mas no momento em que um único sujeito se recusa a obedecer à ordem, ele já é um libelo de acusação contra todos aqueles que não desobedeceram. No momento que um disse não, ele está mostrando que é possível fazer algo diferente. A mesma coisa acontece na ética da comunicação.

IHU On-Line – O senhor também tem se referido ao conceito de “cuidado”...

Pedro Gomes – Trata-se de um conceito vindo de outra área, que está sendo trabalhado na área da enfermagem, na área que aborda a problemática da mulher. É o conceito do cuidado, que é típico da mulher, que cuida, que tem a solicitude. É um conceito feminino, mas que envolve a todos, inclusive homens. O conceito de cuidado talvez possa ser um conceito ético que informe a questão da ética da comunicação do jornalista. O jornalista é aquele que tem a solicitude, o cuidado pela sociedade, pelos seus valores fundamentais. Nada do que acontece na sociedade deve estar ausente do seu interesse. Ele não faz isso porque deseja aparecer no jornal. Ele está lá como aquele que tem esse cuidado por tudo aquilo que acontece na sociedade. Ele se bate pelos direitos humanos, pela defesa do pobre, da criança explorada, da mulher maltratada, do camponês assassinado. Não faz isso só porque está em busca da notícia como notícia, como escândalo, mas porque está numa situação, junto com outros, responsável pelo cuidado da comunidade... Mas não escrevi nada sobre isso, por enquanto estou só fazendo algumas reflexões.

IHU On-Line - Onde ficam, nesse contexto, os códigos de ética?

Pedro Gomes - Os códigos de ética só têm utilidade se foram estabelecidos consensualmente. Não pela categoria profissional, mas pela própria sociedade. Assim, eu tenho um código de ética que vai me dar uma baliza de como agir. Mas o problema da crise ética ou moral pela qual passa a mídia não será resolvido por um código de ética. Assim como o problema da sociedade não será resolvido pelo aumento do aparato jurídico - e acho que, no Brasil, vivemos uma hipertrofia jurídica, temos leis demais, imperfeitas demais e ninguém as cumpre. Precisamos é de pessoas que cumpram as leis, ou que façam cumprir as leis. A nossa Constituição, do ponto de vista social, é uma das mais avançadas do mundo. Olhamos para o Brasil e vemos essa vergonha e achamos que o problema é a lei. O Conselho Nacional de Comunicação demorou anos para ser regulamentado e não funciona. Um código de ética só pode funcionar se houver uma grande discussão. A ética da comunicação é algo muito importante para ser deixada apenas sob o domínio da categoria. Mas, a própria categoria, com a sociedade, nessa discussão, deve colocar seus limites, dos quais não abrirá mão. Por isso volto a dizer que a ética do profissional é a ética da sociedade, a ética do cidadão. E se ele não a tem, não será o aumento do aparato jurídico, em termos de ética, que vai resolver o problema de ética da comunicação. Disso estou convencido. Basta vermos o que acontece, assistirmos a alguns programas de televisão, incluindo algumas telenovelas, para compreendermos que a discussão deve ser mais ampla, que há um relativismo para ser enfrentado.

IHU On-Line - Como a sociedade entra nessa discussão? E a Universidade, o que vem fazendo, nesse sentido?

Pedro Gomes - A Universidade vem fazendo pouco, deveria ser mais séria na discussão da ética da comunicação. Aqui na Unisinos temos as disciplinas humanísticas de orientação cristã, que não estão sendo dadas como deveriam ser. Essas disciplinas abrangem três eixos: o eixo da ética, o eixo da antropologia e o eixo da realidade latino-americana. Tanto a questão da ética quanto a questão da antropologia, deveriam propiciar uma grande discussão com os alunos para a sua formação não só enquanto técnicos, mas enquanto pessoas. Na comunicação está

faltando isso. Os alunos são, muitas vezes, imediatistas, eles querem logo fazer coisas que poderiam num dos tantos cursinhos de informática que há por aí, não precisariam pagar a universidade para isso. E nós, professores, nos acomodamos e damos aquilo que o aluno quer quando, em algumas disciplinas, devíamos fazer uma grande discussão não só de humanismo social cristão, mas da visão do ser humano, da visão da sociedade, debater o desenvolvimento da consciência moral do indivíduo. Nós temos duas tendências deletérias na questão da comunicação. Uma é pensar que o aumento de leis vai resolver o problema. A outra é a tendência a pensar que as restrições logo levam à censura. A sociedade deveria fazer o que deveria ter sido feito pelo Conselho, se ele não tivesse se desvirtuado. Eu não valorizo o Conselho. O Conselho deveria ter sido independente, com representantes da sociedade civil, com representantes do governo, das empresas, para produzir a grande discussão de limites éticos, de valores pelos quais a sociedade brasileira quer se afirmar. E se uma pessoa, por acaso, infringir algo que foi estabelecido no consenso da sociedade, tem que ser punida, sim. Não vi ninguém ser punido até agora por infringir o código de ética do jornalismo, embora não faltem absurdos cometidos por jornalistas e por empresas de comunicação. A sociedade tem que assumir a sua responsabilidade e estabelecer quais os valores que queremos para a nossa comunicação, e vamos cobrar do indivíduo e das empresas se eles forem respeitados. Por que não saiu o Conselho como deveria sair? Porque as grandes empresas de televisão ficaram com medo, pois se dizia que o Conselho poderia cassar a concessão de uma emissora. Hoje, na prática, no Brasil, nenhuma emissora de televisão tem seu registro cassado. No entanto, quando eu tenho a concessão de um canal de televisão, ou de rádio, ou posso fazer um jornal, isso ocorre em função de um projeto que eu tenho. Isso tem que ser cobrado da empresa e do jornalista, mas para isso é preciso obter um consenso sobre um código de ética decente. E vamos cobrar, sempre *a posteriori*, nunca *a priori*, porque a pessoa é responsável. Uma vez me perguntaram se eu era a favor ou contra a lei de imprensa, uma lei feita pelos militares. Eu digo que sou contra. Por que deve existir um fórum privilegiado para julgar o jornalista? O cidadão não tem. Não precisamos da lei de imprensa, a lei deve ser igual para todo mundo. O jornalista é um profissional como qualquer outro. Se ele infringir a lei, ele terá que assumir a responsabilidade pelos seus atos. Não pode se escudar atrás de uma lei, com fórum privilegiado. Da mesma forma, sou contra o fórum privilegiado para militares. A lei deve ser igual para todos, que devem ser julgados pela lei, que expressa o consenso da sociedade.

IHU On-Line - Nós temos uma dimensão da comunicação que é a Publicidade, muito presente na mídia, e também a dimensão comunicativa afeta às Relações Públicas. Essa lógica que o senhor desenvolve abrange também esses setores?

Pedro Gomes - Abrange o todo. Uma dimensão ética fundamental do publicitário é justamente fazer publicidade da verdade. Eu não posso usar a publicidade para enganar o consumidor e, muitas vezes, isso ocorre. E não há ninguém que puna. O Código de Defesa do Consumidor, quando consegue punir, pune a empresa que vendeu alguma coisa, mas jamais pune uma agência de publicidade, que fez publicidade, sabendo que o produto não presta. Se eu sou publicitário, não posso me prestar a fazer esse tipo de publicidade, mesmo que me digam: "Tu és um profissional". Não importa, não pode. Como publicitário também tenho responsabilidade sobre determinados produtos e atitudes. Com o profissional de relações públicas ocorre a mesma coisa. Ele não deve simplesmente encobrir as mazelas da sua empresa ou organização, mas deve ser o gestor de processos positivos de relacionamento e de comunicação. Não vou chegar ao extremo de exigir que ele não conviva com algumas omissões e por isso a toda hora ponha em risco o seu emprego, mas ele deve ter limites éticos naquilo que diz. Por isso eu prefiro falar em ética da comunicação, e não apenas do jornalismo.

Hoje, quem domina a informação, domina o mundo, e são fundamentais todos esses processos de informação.

IHU On-Line – Como está o Brasil no contexto internacional? Pode-se destacar alguma região do mundo mais avançada em termos de ética, de participação pública no controle dos meios?

Pedro Gomes - Na Europa, estão bem avançados. Mesmo nos Estados Unidos, a sociedade americana tem muito mais controle sobre seus meios de comunicação, por outros critérios, do que nós. O Brasil está bem teoricamente. Na teoria, nós fomos sempre brilhantes. Se olharmos nossos teóricos da ética da comunicação, temos pessoas brilhantes e avançamos teoricamente. Nosso problema no Brasil é que temos uma defasagem muito grande entre o discurso e a prática. Na prática, nossos setores de comunicação fazem e desfazem, mandam e desmandam. Não temos uma sociedade organizada. Nosso problema não é tanto de falta de ética na sociedade, mas de falta de sociedade civil organizada. Estamos começando a aprender a defender nossos direitos. Em algumas coisas, já estamos avançando. Nesse nosso relacionamento com os meios de comunicação ainda não. Isso na Europa, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, o debate é muito mais forte, há certas coisas que as empresas de comunicação não fazem porque sabem que não podem fazer. Nós estamos atrasados por falta de uma sociedade civil mais organizada, mais consciente, para fazer valer os seus direitos. Se a sociedade brasileira realmente se organizasse, talvez a televisão aberta nos oferecesse, por exemplo, um domingo à tarde mais decente. Existem milhares de pessoas que só têm a televisão como forma de entretenimento, que não têm condições de ter outra diversão, sendo obrigadas a assistir aquilo a que assistimos todos domingos à tarde na televisão. Por isso, acho que a sociedade brasileira ainda não se deu conta da sua real força.

IHU On-Line – Que papel o Governo pode desempenhar para a sociedade se organizar e debater a comunicação?

Pedro Gomes - A primeira indução que o Governo poderia fazer é realmente dar força para o Conselho Nacional de Comunicação. Eu participei de todo o debate, inclusive no debate da Constituinte. Eu era presidente da UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação). Reunimo-nos e preparamos uma proposta. Como o Sarney [José] havia convocado um Congresso Constituinte, nosso documento começava assim: "Mesmo não concordando com a forma como foi convocada a Assembléia Nacional Constituinte, que deveria ter sido livre, soberana, independente..., nós vamos dar a nossa sugestão". Participei de várias reuniões, inclusive com a Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), na época em que o Armando Rollenberg era o presidente. Eu me lembro de um encontro realizado em Brasília para fechar a proposta geral, que iria ser mandada para a relatora da Subcomissão de Comunicação. Tivemos uma longa discussão e não conseguimos fechar num parágrafo, que extrapolava os poderes do Conselho, estabelecendo que todas as empresas de comunicação deveriam ser sem fins lucrativos, inclusive os jornais. Nós dizíamos aos jornalistas: "Vocês não podem colocar isso aí, que não vai passar". Eles respondiam: "Isso foi decidido por um congresso nacional, não podemos mudar, por respeito à categoria". Depois de duas horas discutindo, eu disse: "Só tem uma maneira de nós resolvermos o problema. É aceitar". Um dos dirigentes da Fenaj me disse: "Mas isso não é político, companheiro". Eu respondi que não era político, mas era verdadeiro. Resultado: fizemos um documento único e quando chegava naquele ponto tinha a posição das demais organizações e a posição da Fenaj. E a posição da Fenaj, quando chegou à subcomissão, deu um "bafafá". Os parlamentares esqueceram todo o resto por causa daquilo ali. Foi a única Subcomissão que não teve relatório aprovado. Foi direto para a Comissão e saiu

o que saiu. Além disso, nós queríamos que o Conselho Nacional fosse independente, que não fosse ligado ao Congresso. Hoje, o que o Governo poderia fazer era justamente dar força à sociedade, escolher pessoas sérias para poder pensar e fazer um projeto. O que falta ao Brasil é um projeto de desenvolvimento geral e um projeto de comunicação. Nós não sabemos o que queremos com o nosso sistema de comunicação. Quem domina hoje a televisão a cabo no Brasil são os mesmos grupos que dominam a televisão aberta. Portanto nós vivemos reféns das famílias proprietárias que estão aí. Eu não sou idealista no sentido de que temos que lutar por uma comunicação popular. Não é isso. Pode-se manter a exploração comercial, tudo bem. Mas quero ter outra opção, não posso aceitar que o dono do rádio, o dono do jornal, o dono da televisão a cabo seja a mesma pessoa. A Igreja Católica está fazendo a mesma coisa, e isso não pode. Para isso não ocorrer poderia haver um incentivo do Governo, mas acho que não há interesse dos governantes em fazer isso. Não são prioridades do Governo, nem o Governo Lula tem essa prioridade. E ao Congresso Nacional muito menos. Eu perdi completamente a esperança de que surja alguma coisa boa do Congresso Nacional. Em termos de comunicação não sai nada. Os parlamentares, em sua grande maioria, são concessionários de rádio e televisão ou seus defensores.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A EFICÁCIA DAS REGRAS EXIGE UMA PRESSÃO MORAL EXTERNA

Entrevista com Claude Jean-Bertrand

*Claude-Jean Bertrand, professor emérito do Instituto Francês de Imprensa, da Universidade de Paris-2, e doutor em Letras-Ingês, mundialmente conhecido por seus estudos de deontologia aplicada à mídia, defende o exercício de “uma pressão moral externa” sobre os meios de comunicação. Somente assim, no seu entender, será possível controlar os ímpetus mercadológicos das empresas de comunicação e os freqüentes exageros regulatórios cometidos pelos governos de qualquer inspiração ideológica, em prol de seus propósitos políticos e administrativos. Para viabilizar a “pressão” sugerida, Claude-Jean propõe a adoção de uma metodologia expressa nos M*A*R*S*, que designa o conceito de Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia, por ele formulado. Criador e mentor do sítio www.presscouncils.org, consagrado à deontologia, é autor de vários livros, dois quais foram publicados no Brasil **A deontologia das mídias**. Bauru: Edusc, 1997; e **O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia**. Bauru: Universidade do Sagrado Coração, 2002. Claude-Jean, a quem o **IHU On-Line** entrevistou por e-mail, lecionou também nas universidades francesas de Estrasburgo e Paris-10 (Nanterre). Nos anos 1970, foi professor, paralelamente, nas universidades de Annaba (Argélia) e de Dacar (Senegal).*

IHU On-Line - Considerando as responsabilidades sociais que recaem sobre os meios de comunicação de massa e a tênue linha que separa o entretenimento e o jornalismo, não lhe parece necessário que se defina uma deontologia específica para a mídia em geral e uma outra para o jornalismo?

Claude-Jean Bertrand - O que se requer é uma deontologia particular para os meios de (puro) divertimento, porque de suas características, em um bom número, vistas sob o ângulo jornalístico, tornam-se grave falta: ficção, diálogos inventados, ponto de vista partidário e outros. Mas é preciso considerar que, em primeiro lugar, tradicionalmente, uma grande parte do material jornalístico expressa de fato divertimento. Eu entendo como isso tudo interessa ao usuário, mas não tem nenhum efeito sobre sua vida pessoal ou sua visão do mundo (o esporte,

a maioria dos crimes, dos acidentes, a vida privada dos astros). E, em segundo lugar, parece-me necessário que o jornalismo se esforce para tornar interessante o que é importante. Assim ele incita os cidadãos a se concentrarem na atualidade e a participarem na democracia. É um talento difícil, que é preciso desenvolver.

IHU On-Line – Como os cidadãos podem participar da democracia se têm pouca ingerência sobre a mídia?

Claude-Jean Bertrand- Eu não sou o único a considerar que o jornalismo se tornou um dos principais sistemas nervosos da sociedade, e que ele deve, portanto, funcionar bem, para que a sociedade funcione bem. Pode-se temer uma extinção da raça humana em seguida a uma catástrofe (nuclear, financeira, biológica, ecológica): somente um desenvolvimento geral da democracia pode evitá-lo. E não há democracia sem imprensa de qualidade, isto é, uma imprensa que informe bem o público. Para bem servir o público, os jornalistas devem ser livres (diante dos poderes governamentais e financeiros). Essa liberdade, eles não podem conservá-la, a não ser com o apoio do público, porque eles não são suficientemente numerosos e suficientemente fortes para resistir sozinhos às pressões políticas e, acima de tudo em nossos dias, às pressões econômicas. Para obter o apoio do público, eles devem ser competentes, mas devem também se assegurar de que eles servem bem os usuários. Para isso, eles devem, antes de informá-los, procurar aquilo de que eles têm necessidade e desejo. E, após tê-los informado, devem verificar se eles estão satisfeitos. E é para isso que servem os M*A*R*S*.

IHU On-Line – O senhor apresenta o conceito de M*A*R*S* como uma solução possível para o exercício da deontologia na mídia. Poderia explicar-nos a significação deste conceito e de sua sigla e também como ele será operado?

Claude-Jean Bertrand- Leis são indispensáveis para impor que o “mercado” esteja a serviço da população e não somente a serviço dos acionistas e dos publicitários. Mas essas leis devem ser limitadas ao máximo, porque os governos, mesmo nos países democráticos, tendem a usar a legislação para manipular a informação. A deontologia tem, pois, um papel muito importante a exercer, a deontologia no sentido de devoção ao serviço público. Um conjunto de regras indicando o que não se deve fazer, mas, acima de tudo, o que é preciso fazer. Evidentemente, a deontologia não é muito eficaz, se seu respeito repousa somente sobre a consciência moral do indivíduo. É preciso que exista uma pressão moral externa, que existam meios de incitar ao respeito das regras. O conceito de M*A*R*S*² é um pouco difícil de captar, porque eles recobrem instrumentos extremamente diversos – mas eles têm todos em comum (1) não serem governamentais e (2) visarem a um melhor serviço do público pelos meios de informação. Entre eles, documentos (como um código de deontologia, uma emissão de crítica da mídia); um indivíduo (como um mediador) ou um grupo (como um conselho de imprensa); ou ainda um processo, curto (como uma auditoria deontológica) ou longo (como uma educação universitária dos jornalistas). Os M*A*R*S* utilizam a crítica, a supervisão sistemática (monitoramento), a formação, o acesso à mídia – ou uma combinação de dois deles, ou dos quatro. Alguns M*A*R*S* são internos à mídia, outros são externos, enquanto outros ainda necessitam de uma colaboração da mídia e do público. Alguns M*A*R*S* são locais, outros regionais ou nacionais, ou mesmo internacionais. Alguns agem rapidamente, outros lentamente. Alguns custam caro (como um *ombudsman*), outros não custam nada (como um quadro de correção).

² A sigla MARS, grafada com asteriscos entre as letras, significa “Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da Mídia”. Claude-Jean aborda os M*A*R*S* detalhadamente na obra **A deontologia das mídias**.

IHU On-Line - Que papel o senhor atribui ao Estado e às escolas universitárias para a implantação e uma deontologia da mídia?

Claude-Jean Bertrand- O Estado, se ele é democrático, pode encorajar a criação de M*A*R*S*, notadamente ameaçando colocá-los em lugar dos organismos oficiais: a maioria dos conselhos de imprensa do mundo tem sido criada pela imprensa para evitar um conselho imposto pela lei. O Estado pode também ajudar financeiramente: o conselho de imprensa finlandês recebe a metade de seu orçamento do Estado. Mas, fundamentalmente, a deontologia e os M*A*R*S* são o negócio dos jornalistas e do público – com participação, se possível, dos donos da mídia, que controlam o dinheiro e o acesso ao público. Basta demonstrar-lhes que a qualidade obtida e a confiança do público compensam a iniciativa, como demonstra a prosperidade do New York Times, do Guardian, do El País (na Espanha). Quanto às escolas de jornalismo, elas têm um papel fundamental a exercer, fazendo que os futuros jornalistas tomem consciência de sua responsabilidade social. E também, seguramente, apresentando-lhes a deontologia e os M*A*R*S*, ao mesmo tempo como um meio de melhorar o jornalismo e como um meio de lutar pela autonomia e o prestígio dos jornalistas – pelo viés da solidariedade profissional e da confiança dos usuários.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A SOCIEDADE DEVE COBRAR QUALIDADE DA MÍDIA

Entrevista com Carlos Alberto Di Franco

*Carlos Alberto Di Franco é diretor do Mestrado em Jornalismo para Editores do Centro de Extensão Universitária e da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Navarra, na Espanha, da qual é representante no Brasil. Entrevistado por e-mail, declarou considerar a crítica, feita pela sociedade, como a melhor forma de aprimorar a mídia. Otimista com relação ao cenário midiático brasileiro, mas reclama para o ensino universitário um investimento “poderoso” na formação humanística dos comunicadores. Carlos Alberto é também professor de Ética Jornalística e colaborador dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**, consultor do Grupo Editorial da Associação Nacional de Jornais (ANJ), professor convidado da Facoltà di Comunicazione Sociale Istituzionale (Roma/Itália), consultor de empresas informativas. É autor de **Jornalismo, Ética e Qualidade**. São Paulo: Vozes, 1996; e co-autor do livro **O Papel da Polícia na Sociedade Democrática**. São Paulo: Mageart, 1996.*

IHU On-Line - Na sua opinião, a imprensa brasileira respeita os princípios da Declaração de Chapultepec³? Integralmente? Parcialmente? Quais os obstáculos que se apresentam ao cumprimento dos referidos princípios?

Carlos Alberto Di Franco- A Declaração de Chapultepec é, fundamentalmente, um brado em defesa da liberdade de imprensa. No Brasil, estou certo, os princípios da Declaração vão bem. Há, de fato, uma longa distância entre a consolidada democracia brasileira e as instáveis experiências da América Latina. Sou, por isso, otimista no que se refere ao quadro brasileiro.

IHU On-Line - Frente ao cenário internacional, no que diz respeito à mídia e à sua postura ética, como o senhor posiciona o Brasil?

³ Sobre a Declaração de Chapultepec conferir quadro explicativo ao final desta entrevista.

Carlos Alberto Di Franco - O Brasil avançou muito. A imprensa se profissionalizou. Redações boêmias e improvisadas foram sendo substituídas por quadros bem mais profissionais. Temo, no entanto, que a recente (e ainda não superada) crise no setor (encolhimento publicitário, enxugamento das redações, etc.) possa deixar graves cicatrizes na qualidade dos produtos editoriais.

IHU On-Line - Como a sociedade pode participar do aperfeiçoamento ético dos meios de comunicação? Ela está preparada para tanto? Cabe a determinadas instituições (como a Igreja, por exemplo) algum protagonismo especial?

Carlos Alberto Di Franco - Todos – a Igreja também - devemos cobrar qualidade da mídia. Trata-se da melhor forma de colaborar com o aprimoramento da mídia. Uma carta de leitor pode parecer uma providência modesta. Mas é, de fato, um termômetro da opinião pública. Ela pode, certamente, influir na orientação de um veículo.

IHU On-Line - A universidade vem cumprindo o seu papel, no que diz respeito ao debate e ensino da ética? Quais sugestões o senhor faria para ampliar a inserção universitária e acadêmica nesse campo?

Carlos Alberto Di Franco - As faculdades deveriam – e não creio que o estejam fazendo - investir poderosamente na formação humanística dos comunicadores. Laboratório não é a solução mágica. Precisamos investir na formação integral (cultural e ética) dos alunos.

IHU On-Line - Os códigos de ética jornalística são úteis e eficazes? Em que medida? Qual a sua opinião sobre a adoção de um código de ética único para empresas de comunicação e seus profissionais?

Carlos Alberto Di Franco - Os códigos de ética ajudam. Mas só uma boa antropologia – mostrando quem é o homem - pode garantir a dignidade no tratamento editorial. Caso contrário, os códigos serão compêndios formais “para inglês ver”.

A Declaração de Chapultepec foi adotada pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão, realizada em Chapultepec, México, em março de 1994. Seus dez tópicos são os seguintes:

1. Não há pessoas nem sociedades livres sem liberdade de expressão e de imprensa. O exercício desta não é uma concessão das autoridades; é um direito inalienável do povo.
2. Toda pessoa tem o direito de buscar e receber informação, expressar opiniões e divulgá-las livremente. Ninguém pode restringir ou negar estes direitos.
3. As autoridades devem estar legalmente obrigadas a por à disposição dos cidadãos, de forma oportuna e eqüitativa, a informação gerada pelo setor público. Nenhum jornalista poderá ser compelido a revelar suas fontes de informação.
4. O assassinato, o terrorismo, o seqüestro, as pressões, a intimidação, a prisão injusta dos jornalistas, a destruição material dos meios de comunicação, qualquer tipo de violência e impunidade dos agressores, afetam seriamente a liberdade de expressão e de imprensa. Estes atos devem ser investigados com presteza e punidos severamente.
5. A censura prévia, as restrições à circulação dos meios ou à divulgação de suas mensagens, a imposição arbitrária de informação, a criação de obstáculos ao livre fluxo informativo e as limitações ao livre exercício e movimentação dos jornalistas se opõem diretamente à liberdade de imprensa.
6. Os meios de comunicação e os jornalistas não devem ser objeto de discriminações ou favores em função do que escrevam ou digam.
7. As políticas tarifárias e cambiais, as licenças de importação de papel ou equipamento jornalístico, a concessão de freqüências de rádio e televisão e a veiculação ou supressão da publicidade estatal não devem ser utilizadas para premiar ou castigar os meios de comunicação ou os jornalistas.
8. A incorporação de jornalistas a associações profissionais ou sindicais e a filiação de meios de comunicação a câmaras empresariais devem ser estritamente voluntários.
9. A credibilidade da imprensa está ligada ao compromisso com a verdade, à busca de precisão, imparcialidade e eqüidade e à clara diferenciação entre as mensagens jornalísticas e as comerciais. A conquista destes fins e a observância destes valores éticos e profissionais não devem ser impostos. São responsabilidades exclusivas dos jornalistas e dos meios de comunicação. Em uma sociedade livre, a opinião pública premia ou castiga.
10. Nenhum meio de comunicação ou jornalista deve ser sancionado por difundir a verdade, criticar ou fazer denúncias contra o poder público.

[\(Voltar ao índice\)](#)

UMA TEORIA ÉTICA PARA O JORNALISMO

Entrevista com Francisco Karam

*O jornalismo abriga um saber próprio, sendo necessário construir uma teoria ética a ele voltada, diversa de uma teoria ética aplicável à mídia no seu todo. Esta é a opinião do Prof. Dr. Francisco José Castilhos Karam, do Departamento de Comunicação e Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entrevistado por e-mail. Ele sustenta que, por constituir-se em uma forma de conhecimento, alicerçada na sua “forma peculiar de apreensão do mundo”, o jornalismo requer uma ética em que esteja presente uma sistematização reflexiva das suas inserção contemporânea e crescente importância social. Considera “procedente e válido” tratar da ética da mídia examinando, por exemplo, o conteúdo veiculado pelos meios de comunicação. Mas reivindica uma abordagem específica para o exercício ético do jornalismo, pois, segundo entende, a chamada “ética cidadã” é insuficiente para debater valores jornalísticos legitimados historicamente. Graduado em Jornalismo pela PUCRS, Francisco Karam é mestre em Ciências da Comunicação pela USP, com a dissertação intitulada A especificidade ética do jornalismo na universalidade humana. Doutorou-se em Comunicação e Semiótica pela PUCSP, tendo sua tese o título Retórica e cinismo ético em discursos empresariais jornalísticos. Francisco Karam é autor de **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2002; e de **A ética jornalística e o interesse público: privatizações, retórica e cinismo**. São Paulo: Summus, 2004⁴.*

IHU On-Line - No seu livro *Jornalismo, ética e liberdade*, o senhor defende a constituição de uma teoria ética para o jornalismo. Quais seriam os pressupostos básicos dessa teoria?

Francisco Karam - O pressuposto básico é que o jornalismo, como forma peculiar de apreensão do mundo, em escala imediata e massiva, consolida potencialmente uma forma de conhecimento que é apropriada pelo conjunto das pessoas com acesso aos milhares de fatos, versões e interpretações cotidianos, que se dão quase simultaneamente aos acontecimentos. Com isso, a forma de ser do profissional jornalista, além das relações necessárias com outros campos de conhecimento e de ação social, exige uma sistematização que passa pela reflexão sobre o jornalismo, sua importância crescente ao longo dos últimos 200 anos, sua inserção contemporânea e suas conseqüências. Assim, a teoria é uma constante indagação sobre os fundamentos do jornalismo, suas modificações, sua relação com o acesso aos temas de interesse público, da sociedade. Ela se dá num plano de abstração, que reflete sobre o concreto e volta a atuar sobre ele (deixando de ser apenas abstrato), e exige estudos que vão acumulando um saber ético acerca dos procedimentos legítimos e defensáveis na profissão.

⁴ Com lançamento previsto para o mês de setembro próximo (Nota do *IHU On-Line*).

IHU On-Line - É possível e conveniente estabelecer uma distinção entre "ética da mídia" e "ética do jornalismo"?

Francisco Karam - Tenho convicção que sim. Apesar de o jornalismo ter relações com diferentes áreas e ter compromissos com alguns valores sociais (como a chamada ética cidadã), tem também valores específicos que foram legitimados ao longo de sua história como profissão. Tratar da ética da mídia é procedente e válido. Mas é preciso separar alguns valores de outros no exercício da profissão. Hoje, a mídia (entendendo-a como meios de comunicação social) é bastante ampla. Um programa transmitido pela "mídia" pode ser um filme, uma peça teatral, uma missa. Em qualquer delas, haverá valores. Para discutir a ética na mídia, teríamos de discutir o conteúdo do que ela veicula e sempre a partir de alguns valores consolidados ou que se quer ver/defender. É interessante e muito amplo. Quando me refiro à ética no jornalismo, quero simplesmente me referir ao exercício ético do jornalismo - e não da propaganda, da missa, e de muitas outras formas que hoje convergem para a mídia, qualquer mídia, da tevê de grande audiência à rádio comunitária que faz propaganda religiosa ou de clube de futebol. Por isso, refiro-me a valores profissionais muito caros à história do jornalismo, como pluralidade, isenção, diversidade de fontes e fontes qualificadas, interesse público, critérios de seletividade, de ordenação e clareza de linguagem; refiro-me à utilidade e legitimidade de cobrir suicídios, tragédias, seqüestros; de usar ou não câmeras ocultas; de critérios de tratamento jornalístico da vida de personalidades públicas. Há um conjunto de temas e procedimentos que são próprios da investigação e do fazer jornalístico, da pauta à circulação da informação. Por isso, ao considerar o jornalismo como estratégico para o acesso do público às informações contemporâneas, que são muito importantes para este mesmo público, permitindo maior ou menor liberdade de escolha, estou chamando a atenção para que o jornalismo não se transforme em outra coisa, *marketing* ou programas de auditório, de *shows* ou missas. Em todos, há valores e poderíamos tratar, aí, de ética da mídia. Mas me refiro mais à ética do jornalismo, porque trato dos valores da profissão, que é uma das tantas que faz a mídia, embora tudo nela, mídia, caiba, por ser a grande mediadora das questões contemporâneas.

IHU On-Line - Qual é a sua avaliação sobre a postura ética dos jornais e dos jornalistas brasileiros (e da mídia, se é possível abrangê-la)?

Francisco Karam - Obviamente há muitos erros e muitos acertos, sempre a partir de onde se vê. E eu vejo da profissão e de sua relação com o conjunto da sociedade; dos valores que legitimaram a profissão como uma forma de conhecimento e dos valores que se firmaram, moralmente, no exercício profissional. Posso listar dez erros recentes. E posso listar 100 acertos recentes. Como os erros chamam mais a atenção, os muitos acertos diários da profissão não são valorizados. Mas servem para que a sociedade se veja, debata, intervenha. Isso é muito importante. E é preciso, ao mesmo tempo, continuar pensando, escrevendo e discutindo sobre os erros, porque eles continuam, de onde se pode julgar o quê seja um erro, e combater as suas causas, desde os limites mercadológicos até os erros de apuração causados por pura preguiça.

***IHU On-Line* - Em recente entrevista ao jornal do Sindicato dos Jornalistas Gaúchos⁵, o senhor declarou que o crescente cinismo contemporâneo vem contribuindo para a nulidade dos códigos de ética. O senhor pode explicitar um pouco mais essa posição?**

Francisco Karam - É simples. As palavras, embora ornamentadas, foram se esvaziando. A subscrição de códigos éticos pelas empresas, defendendo ardentemente a isenção, o interesse público, a pluralidade, por exemplo, não resiste ao exame dos negócios "intestinos" jornalísticos. São belos discursos que escondem reservas morais privadas. Dessa forma, em muitos casos, os códigos assinados pelas empresas, muito parecidos com os assinados pelos jornalistas, são apenas retórica adornada pelo cinismo implícito. O cinismo cresceu em várias áreas. Um exemplo: matérias e mais matérias criticam a Previdência Pública e jornalistas se encarregam de transformar as pautas em "campanha". É só ver a sonegação de impostos à Previdência pelas empresas da mídia e se poderá comparar e ver porque ela chegou a este ponto no Brasil. Mas as pautas têm peso diferente, duração diferente, propósitos diferentes. E aí, o chamado interesse público não passa, seguidamente, de interesse particularizado no bolso da empresa/empresário. Isso está disseminado, embora haja muita coisa boa diariamente na mídia, é claro. Mas o cinismo está nos planos de saúde, no sistema bancário, em muitas partes e é resultado de um processo de perda das referências coletivas nos últimos vinte anos, e de ampliação da individualidade sem limites.

***IHU On-Line* - Frente às questões éticas referentes ao jornalismo (e à mídia), quais as responsabilidades da sociedade civil? Como ela pode contribuir para os cuidados ético dos meios de comunicação?**

Francisco Karam - Não tenho muitas respostas, mas penso que a regionalização da programação e a produção de conteúdos locais seriam um caminho; o fortalecimento de mídias segmentadas em propriedade, temas, fontes e o fortalecimento das mídias locais/regionais seriam um outro. A produção qualificada e profissional de informação jornalística por instituições públicas e privadas, seja um sindicato de trabalhadores, seja uma empresa agropecuária também ampliam o espaço de acesso e escolha. Por isso, parece-me muito relevante a luta por políticas democráticas e públicas de comunicação. Acho também que o Estado (não o governo) deve fortalecer e profissionalizar suas mídias, expressando fatos, interpretações, valores sociais que não pertencem a nenhum espectro ideológico em particular, mas, sim, um conjunto necessariamente controverso de fontes em debate.

***IHU On-Line* - No seu novo livro, o senhor amplia debate das relações da ética com o interesse público, partindo das privatizações. Quais são os principais nexos que o senhor estabelece nessa abordagem?**

Francisco Karam - Parto de expressões e conceitos que aparecem nos códigos de ética das empresas, como os da Associação Nacional de Jornais, ou dos empresários de mídia impressa que assinaram a Declaração de Chapultepec, entre outros. E também de discursos feitos em editoriais ou por empresários de mídia em algumas solenidades, discorrendo sobre o papel do jornalismo, da liberdade de imprensa e de expressão e sua importância atual, que empresas/empresários reafirmam como essencial à livre escolha, à liberdade de escolha, à sustentação da controvérsia e de debate público e plural e indispensável à democracia. Assim, expressões, como "interesse público", que norteiam debates sobre o papel ético da imprensa e do jornalismo, são analisadas à luz dos discursos e coberturas sobre a privatização do sistema

⁵ "Entre a lei de imprensa e o silêncio", matéria publicada no jornal ***Versão dos jornalistas*** n.º 74, de julho de 2004 (Nota do ***IHU On-Line***).

Telebrás, sobre a "ineficácia" do Banco do Brasil, o subsídio ao papel-jornal e um pouco sobre a necessidade de reforma da Previdência. Faço algumas comparações entre o dito e o que aparece, incluindo dados, e tento mostrar como o discurso sobre ética pode, seguidamente, ficar recoberto apenas pela retórica e embutir alto grau de cinismo. O nexos que tento estabelecer é que, muitas vezes, princípios éticos subscritos por empresários da mídia (jornal, no caso, mas serve como referência para os demais meios) escondem um grau considerável de cinismo, uma vez que, nos discursos editoriais e nas coberturas transparecem, em muitos casos, o interesse particular travestido de interesse público. Foi o caso da cobertura da privatização do sistema Telebrás, entre outros.

[\(Voltar ao índice\)](#)

A DEMOCRACIA SE MEDE PELA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA COMUNICAÇÃO

Por Pedrinho Guareschi

*Com base em questões que lhe foram enviadas por e-mail, o Prof. Dr. Pedrinho Guareschi optou por abordá-las basicamente em um texto, respondendo-as sinteticamente, em seguida. Optamos pela publicação somente do texto, pois as indagações que lhe foram feitas estão nele contempladas, quase integralmente. Professor do Programa de Pós Graduação em Psicologia da PUCRS, Pedrinho Guareschi é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição (Fafinc) e em Teologia pelo Instituto Redentorista de Estudos Superiores do RS (Ires), Pedrinho Guareschi, mestre em Psicologia Social pela Marquette University Milwaukee, dos Estados Unidos, e doutor em Psicologia Social pela University of Wisconsin at Madison, também norte-americana. Atualmente, desenvolve os projetos de pesquisa Comunicação e Cidadania: um estudo ético e ideológico da mídia televisiva no Brasil; e Mídia e Mediação: Quem controla Quem? Um estudo sobre a presença da mídia em vilas populares. É autor de vários livros, entre eles **Comunicação e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981; **Relações Sociais e Ética**. Porto Alegre: Abrapso - Regional Sul, 1995; **Psicologia Social Crítica - como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004; e **O Desafio dos Limites: um enfoque psicossocial na educação dos filhos**. Petrópolis: Vozes, 2004 (com Karina Preisig Paggi). Entre as diversas obras que organizou, citamos **Comunicação e Controle Social**. Petrópolis: Vozes, 1991; **Os Construtores da Informação: Meios de Comunicação, Ideologia e Ética**. Petrópolis: Vozes, 2000; **Uma Nova Comunicação é Possível: Mídia, Ética e Política**. Porto Alegre: Evangraf, 2002 e **Diário Gaúcho: que discurso, que responsabilidade social?** Porto Alegre: Evangraf, 2003 (com Osvaldo Biz). A seguir estão suas considerações.*

Sobre ética

É imprescindível, de início, dizer o que entendemos por ética, pois desse entendimento decorre todo o resto. Tomo como referencial a noção de ética como sendo uma "instância crítica e propositiva sobre o dever ser das relações humanas em vista de nossa plena realização como seres humanos" (Dos Anjos, 1996, p.12). Duas dimensões são centrais: a dimensão crítica e propositiva e a dimensão das relações.

A dimensão crítica da ética significa que ela nunca pode ser considerada como algo pronto, algo acabado. Ao contrário, ela está sempre por se fazer. Sendo ética de relações, à medida que essas relações vão se modificando, novas considerações vão se colocando. Ao mesmo

tempo, ela tem de ser propositiva. Não pode se furtar a colocar exigências e desafios. Ética é, pois, uma busca infinita, interminável. Reflete a consciência nítida de nossa incompletude; é um impulso permanente em busca de crescimento e transformação. É fundamental enfatizar a dimensão da crítica ao se discutir a questão da ética. Num trabalho anterior (Guareschi, 1992, p.5-34), tentei mostrar como o uso cuidadoso e sério da crítica, mesmo ao se discutir as diferentes teorias científicas, leva à própria evidência da impossibilidade de uma ciência, ou de uma prática científica neutra, isto é, sem uma dimensão ética. A crítica resgata a dimensão ética de toda ação humana. John B. Thompson (1995), um dos autores que mais amplamente e criticamente analisa a ideologia, define esse conceito como sendo “uso de formas simbólicas que servem para criar ou manter relações de dominação”. Uma forma simbólica só é ideológica, quando se puder mostrar que ela serve aos propósitos de criar ou manter relações que sejam de dominação, isto é, relações assimétricas, desiguais, injustas. Nessa compreensão, ideologia implica sempre uma dimensão ética.

E ética é sempre ética das “relações”. Uma pessoa passa a ser ética no momento em que se relaciona. E é à qualidade dessa relação que podemos atribuir uma valoração positiva ou negativa, isto é, ética. Aristóteles já dizia que ética é justiça. Ora, justiça é uma relação e ninguém pode se considerar justo fora da relação. O pensamento liberal-burguês, que considera o ser humano como um indivíduo, que não tem nada a ver com outros, individualizou também a ética.

A ética da comunicação bebe desses pressupostos gerais e é a partir de um entendimento de ética como o acima exposto que podemos discutir a questão da ética na mídia.

Sobre democracia

Mas há algo mais a ser considerado, para se falar de ética na mídia. Falar que existe ética é ver se as relações sociais, no que se refere à mídia, são justas, eqüitativas. Com outras palavras, se essas relações são democráticas. E é fácil falar de democracia. Mas ao esmiuçarmos o que isso significa nos vemos diante da necessidade de uma reflexão complexa e profunda. Podemos resumir dizendo que, para se falar de democracia (ou ética), numa sociedade, ao menos cinco princípios precisam ser levados em consideração. Somente através deles pode-se atender às questões de integridade social e superação das divisões e discriminações. Tais princípios precisam ser perseguidos todo o tempo para se poder falar em democracia e ética:

Igualdade: todas as pessoas, nesta sociedade, são fundamentalmente iguais no que se refere à dignidade fundamental da pessoa, que é igualmente sujeita de direitos e deveres.

Diversidade: na igualdade fundamental dos membros, é necessário respeitar as diferenças que constituem e singularizam os diversos membros desta sociedade. Quando a igualdade elimina as diferenças, acaba-se com a igualdade. Boaventura de Sousa Santos, na sua fala ao III Fórum Social Mundial, sintetiza esses dois princípios numa clara afirmação que ajuda a iluminar essa dimensão ética da democracia: “Devemos ser iguais naquilo que nos inferioriza e devemos ser diferentes naquilo que nos descaracteriza (massifica)”.

Participação: numa sociedade todos são sujeitos de direitos e deveres. Como sujeitos devem, por isso, ter voz e vez, ter a oportunidade de poder se manifestar e contribuir na construção dessa sociedade comum. Ninguém quer de graça nem a liberdade, nem a igualdade: tudo isso tem de ser construído com a participação de todos.

Solidariedade: todos os valores acima têm de ser permeados pelo sentimento e pela emoção de ser solidário. A solidariedade é a emoção mais forte que a humanidade pode viver e experimentar. Solidariedade significa a convicção de que não somos os únicos; é aceitar a relação, fundamentalmente a relação da igualdade de todos e dos direitos de cada um.

Liberdade: é uma conquista diária, através da participação com os outros. Nunca posso ser totalmente livre, se o irmão ou irmã, de quem devo ser solidário, sofre restrições básicas em sua humanidade. A plena liberdade só é conseguida quando todos os direitos são respeitados. Esses cinco princípios andam sempre juntos. Mas no nosso caso, o que mais se mostra crucial é o princípio, a dimensão da *participação*.

Mídia impressa e mídia eletrônica

Antes, uma pequena nota, necessária para o bom entendimento da questão: é necessário distinguir entre mídia impressa e mídia eletrônica. A mídia impressa (jornal, revista, livro etc.) é como se fosse uma propriedade privada: cada um faz como quer, escreve o que quer e, conseqüentemente, deve prestar conta do que faz ou escreve. Muito diferente, contudo, é a questão da mídia eletrônica. Pela Constituição Brasileira, eles [a televisão e o rádio] são um serviço outorgado, isto é, eles não podem ter “donos”, pois eles são “concessões”, dadas por um determinado período de tempo, para prestar serviços como educação, arte, cultura (nacional e regional), respeitando os valores éticos e sociais (Art. 221 da Constituição). Além disso, “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Art. 220, & 5º). São serviços públicos, como são as estradas, os correios, o telefone, etc. Ninguém paga, por isso, para ouvir uma rádio, ou assistir a determinado canal de TV aberta. Se uma televisão, ou rádio, é de canal aberto, não pode, por isso, ter dono, por um lado e, o que é importante, têm de ser um serviço público, para toda a sociedade, por outro.

Voltemos, então, à questão. Dos princípios acima, o que é mais esquecido e excluído pela mídia é o da participação. A participação está intimamente ligada à questão da democracia e à questão mídia. Vou fundamentar um pouco mais a história dessa relação.

Quando falamos em democracia vem à nossa mente, de imediato, os antigos gregos. E há uma razão para isso. É que foi na Grécia que começaram a se tornar comuns as cidades, ao menos como as conhecemos hoje. Até então, na maioria das formações sociais, as sociedades eram formadas por agrupamentos que tinham como chefes, ou líderes, patriarcas, ou pessoas carismáticas que exerciam sua liderança e autoridade. Na Grécia, temos uma experiência nova: eram famílias igualitárias, convivendo num mesmo local, formando o que se denominou chamar de *pólis*, a cidade. Ora, como instituir uma liderança, ou quem iria exercer a coordenação, entre essas famílias igualitárias? Pois foi ali que nasceu o que costumamos chamar de *democracia*. Eles se reuniam (atenção, que eram ainda apenas os homens, sendo excluídas mulheres, crianças, escravos, etc.) num local amplo, a *ágora*, para discutirem e decidirem quem exerceria o governo e como deveriam ser as principais políticas públicas. Cada pessoa valia um voto. Agora atenção para um detalhe que, no nosso caso, é fundamental: nem todos os participantes eram considerados *cidadãos*; eram tidos como cidadãos apenas os que *falassem*, isto é, os que apresentassem um projeto, oferecessem um parecer, uma solução aos problemas propostos.

Na verdade, é nessa prática de falar, de se comunicar, que o ser humano se expressa, se exterioriza, como verdadeiro criador e agente da história, pois é então que ele sai de si mesmo e oferece o que alguém pode ter de mais profundo, original, único: sua criatividade, seu pensamento inovador. Em outras palavras, eram cidadãos, para os antigos gregos, os que “participavam”, apresentando sua alternativa, seu pensamento criador. Somente os que falassem e contribuíssem com seu projeto eram os cidadãos da *pólis* grega.

Um pequeno parêntese, contudo, para explicitar o termo “participação”. Ele pode levar a equívocos. Quando falamos em participação, devemos distinguir ao menos três níveis: a participação no planejamento, na execução e nos resultados. No que diz respeito à participação

na execução, que é realizada por aqueles que produzem as coisas, em geral, se costumam registrar problemas de participação, pois são os trabalhadores que praticamente constroem a riqueza da nação. Quanto à participação nos resultados, isto é, quem fica com o fruto do trabalho, constatamos que ela se dá, em geral, de maneira altamente discriminada e injusta: somos, por exemplo, vice-campeões mundiais em má distribuição de renda. A questão central é a participação no planejamento, pois é da participação nesse nível que dependem as outras duas, isto é, quem faz o que e com quanto cada um fica.

O que acaba de ser dito acima é crucial para se colocar agora a questão fundamental: *a participação no planejamento só é possível, nos dias de hoje, por meio da mídia*. Na verdade, essa deveria ser a tarefa fundamental da mídia: instituir o grande debate nacional onde todos, organizadamente, são convocados a apresentar seu projeto e discutir a maneira de construir a cidade democrática. Poderíamos perguntar: existe tal participação em nossa sociedade?

Nós afirmamos, com o peito estufado, que somos e vivemos uma democracia. Mas têm os brasileiros oportunidade de apresentar seu projeto? Podem eles dizer sua palavra? Nossa comunicação é realmente um “serviço público”, com a tarefa de ser porta-voz dos seus membros na construção da cidade que se quer? Os meios de comunicação são a nova *ágora*, imprescindível numa democracia e fundamental para a cidadania? Como falar de ética numa situação como a nossa?

Vejamos alguns dados sobre nossa situação brasileira. Infelizmente não possuímos dados específicos para diferenciar entre mídia impressa e mídia eletrônica. Mas isso não impede que possamos fazer uma idéia da situação geral. Por incrível que pareça, apenas no ano passado, foi possível conseguir do Ministério das Comunicações dados sobre quem detém as concessões no Brasil; isso era considerado como segredo de estado. Mas o caso brasileiro registra uma escandalosa concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos. Dados da Federação Nacional dos Jornalistas revela que nove famílias (Marinho, Bloch, Santos, Saad, Frias, Mesquita, Levy, Civita e Nascimento Brito) controlam cerca de 90% de tudo o que os brasileiros lêem, ouvem e vêem através dos meios de comunicação social, conforme dados da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ, 1991, p.16). O que acontece no Brasil é, em parte, uma continuação do que aconteceu com as capitânicas hereditárias no início de nossa colonização: o Brasil foi loteado entre algumas famílias e, em sua estruturação histórica, essa concentração ainda se mantém. Venício Lima (2004) traça essa história, mostrando que o que existe hoje são enormes latifúndios midiáticos nas mãos de algumas famílias.

Mas isso ainda não é tudo: algumas organizações chegam a produzir, elas próprias, até 90% do que divulgam, chegando a se gloriar disso. Tal absurdo só é comparável a uma situação em que alguém detém o serviço de telefonia, que é um serviço público, e só ele poder telefonar; ou alguém que detém a concessão de uma estrada, mas só ele se permite nela transitar. Onde fica a “palavra” dos outros cidadãos/ãs? Como levar à esfera pública de discussão o sem número de projetos, idéias, alternativas que são engendrados por tantos brasileiros e brasileiras anônimos espalhados por todos no nosso Brasil? Será que a reflexão e criação de tantos brasileiros e brasileiras não poderiam contribuir para a solução de nossos inúmeros problemas? E como tornar pública a imensa produção de nossos artistas, criadores, construtores de nossa cultura?

No contexto de uma verdadeira democracia, como vimos acima, é crucial ainda ressaltar a existência, nas diversas sociedades, de diferentes formas de poder. Além do poder econômico, que tem como base a propriedade dos meios de produção, há ainda o poder político, que tem sua base na hegemonia nas relações sociais e o poder simbólico, que tem como base a força

legitimadora e definidora do real e que se apresenta, hoje, como um dos mais importantes devido, principalmente, ao desenvolvimento dos meios de comunicação.

Fica evidente que quem detém os meios de comunicação, passa a beneficiar-se também do poder simbólico. Os que puderem ter acesso aos recursos que criam e garantem esse poder simbólico, terão muito mais possibilidades de influenciarem política e culturalmente uma sociedade. No nosso caso, é apenas um mínimo de pessoas que partilham desses recursos. Tal situação contribui para a inexistência de uma verdadeira democracia. São evidentes as implicações éticas que daí derivam.

A partir do quadro acima, podemos identificar agora quais as possibilidades reais para a concretização dos direitos humanos à informação e à comunicação que mencionamos anteriormente. Pode-se afirmar, em sã consciência, que tais direitos estão sendo respeitados? Fica evidente também a ausência de democracia quando inexistem possibilidades de “participação” efetiva dos cidadãos/ãs na “comunicação”, isto é, no planejamento da cidade e na discussão dos projetos possíveis e viáveis para a solução dos problemas nacionais. A participação na comunicação está essencialmente ligada às questões políticas, democráticas e éticas.

A questão do “círculo vicioso”

Há outro ponto importante, fortemente ligado à questão da democracia e da ética, que é a existência, em nossa mídia, de uma espécie de “círculo vicioso” difícil de ser rompido para quem a quer pensar em termos de participação, democracia e direitos humanos: é a constatação de que os meios eletrônicos são, de maneira muito central, imprescindíveis na própria luta para se conseguir uma verdadeira democracia; ou ao menos a constatação de que uma verdadeira democracia não pode ser conseguida e mantida sem o auxílio da mídia.

Essa questão é delicada e complexa. Quando se discutiu a legislação sobre a comunicação social na Constituinte de 1988, os *lobbyes* dos “empresários” da comunicação se fizeram presentes e atuantes na criação de leis que ajudassem a perpetuá-los no poder. Conseguiram, por exemplo, que fosse colocado o parágrafo 2 do artigo 223, rezando que a “não renovação da concessão ou permissão dependerá da aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.” Tal lei dificulta enormemente a possibilidade de se cassar uma concessão, principalmente porque os parlamentares, tanto da Câmara como do Senado, que tentarem impedir a renovação, serão, certamente, marcados e postos na lista do anonimato pela própria mídia. É a mídia que coloca a agenda de discussão e por isso a força da mídia não está apenas em “construir a realidade”, mas também em “ocultar a realidade”; isto é, se algo não aparece na mídia, para a imensa maioria da população essa questão deixa de “existir”. Nesse sentido, os parlamentares que possivelmente se coloquem contra a mídia, praticamente desaparecerão do cenário político e, conseqüentemente, terão enormes dificuldades de se reeleger.

Outro exemplo desse domínio político da mídia se deu na questão de instituição e regulamentação do Conselho de Comunicação Social (art.224), que deveria reger a maneira como a comunicação deveria atuar para poder ser um serviço público. Tal Conselho foi instituído apenas em 1991, mas sua regulamentação se deu apenas em 2002, denominado de Comissão de Comunicação Social. Tais delongas são propositais, pois desse modo os meios podem continuar abertamente sua política interesseira.

Mas a contradição mais central desse “círculo vicioso” é que a educação para uma leitura crítica da mídia e para uma educação cidadã e democrática, isto é, de respeito aos direitos das pessoas à informação e à comunicação, não poderá se materializar sem a participação da própria mídia. Por isso a própria Constituição exige que a educação deve ser uma das

finalidades preferenciais da comunicação. Quem dentre nossa população sabe, por exemplo, que as rádios têm concessão por 10 anos e as TVs por 15 anos? Qual o meio de comunicação que informa seus ouvintes ou telespectadores o dia, mês e ano de término de sua concessão? Em investigações feitas com alunos do fim de segundo grau, constatou-se que 95% deles nem sabiam que rádios e TVs têm uma concessão temporária. A pergunta que se coloca é: por que tais situações são absolutamente ignoradas pela população? Uma mídia que propugnasse por uma comunicação democrática não deveria informar e educar para tais realidades? Uma vez que existe uma escandalosa concentração da mídia nas mãos de algumas famílias, podemos concluir que é uma tarefa extremamente difícil quebrar o círculo vicioso desses oligopólios.

Comunicação e direitos humanos

Quando falamos em ética, falamos em “direitos”. Como vimos acima, ética é justiça. E justiça vem de *jus*, que, em latim, é “direito”. Devemos frisar que entre os direitos humanos, há dois direitos que são totalmente ignorados pela maioria da população. Pesquisas por nós realizadas mostraram que 97% de estudantes de fim de segundo grau desconhecem tais direitos, que são o “direito à informação”, isto é, de ser bem-informado e buscar a informação em qualquer lugar possível, sem restrição nenhuma; e o “direito à comunicação”, que é bem mais amplo, que consiste no direito de manifestar o pensamento, expressar a opinião, dizer sua palavra, “sob qualquer forma”. É importante frisar essa parte, “sob qualquer forma”, pois podemos muito facilmente restringir tal direito a apenas uma manifestação “individual”, não incluindo a manifestação através da mídia, que é um serviço público exatamente com essa finalidade.

Numa mídia privatizada como a que existe entre nós, na qual as pessoas nem sequer sabem que não podem existir “donos” de uma mídia eletrônica, fica evidente que esses direitos à informação e à comunicação não são respeitados.

Podemos concluir com o nosso querido Betinho, Herbert de Souza, que costumava repetir, em toda situação possível: “O termômetro que mede a democracia numa sociedade, é o termômetro que mede a participação das pessoas na comunicação”. Fica evidente, pelo que foi dito anteriormente, que não há participação das pessoas em nossa sociedade e com isso a democracia é ferida. O que temos no Brasil, com referência à mídia, é um caso bastante análogo ao referente à terra. Desde seu descobrimento, o Brasil foi “loteado” entre algumas famílias, e a situação não é muito diversa hoje. Do mesmo modo agora, com referência à mídia: as grandes emissoras de rádio e TV foram sendo “loteadas” a grandes famílias, que detêm mais de 90% do total; registra-se um verdadeiro “coronelismo midiático” e, evidentemente, a necessidade de uma reforma midiática, como é necessária uma reforma agrária.

A falta de democratização da mídia acarreta problemas bastante sérios, pois grandes problemas nacionais podem ficar excluídos da pauta de discussão simplesmente porque os “donos” da mídia não querem que eles sejam discutidos. É a mídia que pauta a agenda de discussão. As pesquisas mostram que, ao redor de 80 a 85% de tudo o que é falado no dia-a-dia das pessoas, quem colocou a pauta dessa discussão foram os meios de comunicação. A força da mídia não está, então, apenas naquilo que diz, mas também no que deixa de dizer, que deixa de ser “realidade”, deixa de existir, sociologicamente falando. Por que não se poderia pensar numa câmara, formada por pessoas das universidades, igrejas, movimentos sociais, sindicatos, de todos os grupos organizados da sociedade, que fossem responsáveis por uma pauta (política, econômica, religiosa, social, cultural, etc.) que devesse ser trabalhada, debatida, investigada pela mídia? E onde todos os grupos organizados pudessem dizer sua palavra, expressar sua opinião, manifestar seu pensamento?

Dizer que é o povo que quer o que está sendo a ele ofertado é uma enorme falácia, pois o que existe é um único menu: o menu de quem detém o poder ideológico, político e econômico da

nação. Fundamentalmente toda mídia trabalha dentro de um ideário neoliberal e a programação, ao menos entre as TVs abertas, é praticamente a mesma.

Referências:

- Lima, Venício. *Mídia, Teoria e Política*. S. Paulo: Perseu Abramo, 2. ed.
 Guareschi, P. A emergência da consciência da Consciência ética. In: Guareschi, P. e Suzin, L.C. *Consciência Moral Emergente*. Aparecida, SP: Santuário, 1992.
 Thompson, J.B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
 Dos Anjos, M.F. Apresentação. In: Dos Anjos, M.F. e Lima Lopes, J.R. *Ética e Direito: um Diálogo*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1996.
 Caparelli, S. e Lima, Venício A. *Comunicação e Televisão: desafios da pós-globalização*. São Paulo: Hacker, 2004.

[\(Voltar ao índice\)](#)

DESTAQUES DA SEMANA

Entrevistas da semana

FIM DE JOGO

Entrevista com Paulo Arantes

*Apresentamos, a seguir, duas entrevistas. A primeira é de Paulo Arantes, professor da USP. A segunda de Luiz Werneck Vianna, professor do IUPERJ e presidente da ANPOCS. As entrevistas foram publicadas no jornal **Folha de S. Paulo**, 18-7-04. Elas contribuem no debate sobre o momento político nacional. Os subtítulos são nossos. Entrevistamos Werneck Vianna na 95ª edição do **IHU On-Line**, de 5 de abril de 2004, sob o título "Devemos passar o Brasil a limpo". De Paulo Arantes publicamos um depoimento na 63ª edição, de 9 de junho de 2003.*

*O livro se chama **Zero à Esquerda** e integra uma coleção de nome "Baderna" (Editora Conrad). O primeiro de seus 17 textos é o ensaio "Apagão", de 1997, no qual o autor decreta o embotamento do pensamento progressista brasileiro sob o impacto da era FHC. O epílogo do livro, de 2003, intitula-se "Beijando a Cruz" e pode ser lido como um obituário do governo petista, pelo menos enquanto promessa de transformação social. Provocação é o que não falta à obra recente do filósofo Paulo Arantes. Seria simples se fosse possível folclorizá-lo como mais um "fracassomaniaco" de plantão ou, pior, o mais ilustre representante do "babaísmo de cátedra". Professor aposentado da USP, autor de livros como **Sentimento da Dialética na Experiência Intelectual Brasileira** (Paz e Terra, 1992) e **O Fio da Meada** (Paz e Terra, 1996), Arantes idealizou e coordenou entre 1997 e 2001 a coleção "Zero à Esquerda", da editora Vozes, que reúne cerca de 30 títulos. Jornalista diletante, o filósofo é há um ano e meio responsável pelos dossiês temáticos da revista **Reportagem**, uma publicação mensal de esquerda. E lançou no final do ano passado a coleção "Estado de Sítio", pela Boitempo. Atividades, como ele diz ironizando seus críticos, de "um fatalista que banuiu a política do horizonte".*

A entrevista com Paulo Arantes é de Fernando de Barros e Silva.

Folha - O seu livro começa com o "Apagão" da era tucana e se encerra com o governo petista "Beijando a Cruz", isto é, capitulando. O tom dos dois ensaios é de catástrofe, e nela a tradição do pensamento progressista brasileiro vai pelo ralo junto com o país. Não estão muito carregadas essas tintas?

Paulo Arantes - Estou vendo que vou ter que me reexplicar. Voltemos à extinção da inteligência dos inteligentes. Tanto faz se cardosistas ou lulistas, graúdos ou miúdos, a vala é comum, a alternância é a do sempre igual, a hegemonia ora incha ora emagrece, mas é a de sempre, a viagem é redonda, como diria Raymundo Faoro⁶. Recomeçamos pelo Febeapá que procurei dicionarizar [no "Dicionário de Bolso do Almanaque Philosophico Zero à Esquerda", de 1997], e o repertório poderia se estender ao mundo-provérbio do capitalismo lulista. A novidade é que os cocorocas da predileção de Stanislaw Ponte Preta provinham então da fina flor da inteligência estabelecida. O desastre social não se abatera pelas mãos de desclassificados como Menem e Fujimori, mas por um primeiro time de intelectuais e assemelhados. A comissão de frente materialista do refrão "não há alternativa". O buraco negro do pensamento já começa nesse grau zero de imaginação. Não é pouca coisa a chuva de estereótipos, o realejo de clichês da parte das mais sutis e avançadas inteligências. Do tipo "se aumentar o mínimo, quebra a Previdência" - acho que este nos acompanhará até a próxima glaciação.

Os "marxistas distraídos"

Folha - É o que você chamou de ajuste intelectual, a adaptação forçada ou consentida do pensamento de esquerda à maré liberal?

Arantes - O eclipse do pensamento se exprime no automatismo destes estereótipos do dia, no geral adiantadinhos, na onda de todas as superações e quebras de barreiras, somatória de clichês de uma "sociedade de risco" em pleno deslanche, por isso proteção social é encosto. É nesse mingau que foi ficando cada vez mais difícil distinguir os juízos peremptórios dos "marxistas distraídos" [expressão inspirada no ensaio "O Pensamento Único e o Marxista Distraído", que consta do novo livro de Arantes] e as idéias feitas encontráveis em qualquer almanaque da globalização acerca dos estrangimentos sistêmicos de toda sorte, algo como uma cosmogonia da asneira com legendas em português progressista.

O ajuste intelectual tucano-petista

Folha - Mas isso que você descreve e critica é a chamada Terceira Via, uma vertente política e intelectual que toma corpo com a queda do Muro de Berlim e não é propriamente brasileira. Dá para explicar melhor onde entram as legendas em português?

Arantes - Estou chegando à sua questão. O ponto é que o juízo de atribuição da desgraça social corrente à inexorabilidade de uma causalidade sistêmica, compartilhada por marxistas invulgares e idiotas da globalização, não é de modo algum uma inferência cognitiva. Na opinião de um psicanalista francês, Christophe Dejours⁷, num caso como este em que a crassa asneira

⁶ Sobre Raymundo Faoro, cf. PICCOLO, Helga Iracema Ladgraf, "Os Donos do Poder, de Raymundo Faoro", **Cadernos IHU Idéias**, no. 19, ano 2, 2004. (Nota do *IHU On-Line*)

⁷ Christophe Dejours é psicanalista e psiquiatra, professor de psicologia no Conservatoire national des arts et métiers. Ele é autor de muitos livros. Destacamos dois: **Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale** (A banalização da injustiça social). Paris: Seuil, 1998. (Este livro foi traduzido para o português). **Travail, usure mental. Essay de psychopathologie du travail** (Trabalho, usura mental. Ensaio de psicopatologia do trabalho). Paris: Bayard, 2000, Nova edição aumentada. De Christophe Dejours publicamos uma entrevista sobre esse livro, na 15ª edição, de 29 de abril de 2002. (Nota do *IHU On-Line*).

assinala a suspensão da faculdade de julgar, seria mais apropriado falar de uma estratégia psicológica defensiva, graças à qual, escorados em clichês deterministas, vai se cristalizando algo como uma convivência normalizadora com o horror econômico já naturalizado. O ajuste intelectual tucano-petista é a incorporação da estupidez marxo-progressista ao atual consentimento coletivo na injustiça e no sofrimento das populações, na expansão da tolerância com o intolerável, conforme foi se avolumando a maré sinistra das vulnerabilidades. Quantos "sacos de maldades" foram abertos de lá para cá? A estupidez cresce no buraco deixado pela ausência de pensamento dos nossos inteligentírrimos. Ela é cruel, socialmente cruel, restando pesquisar o que saiu de cena, o essencial que nos fazia pensar, entendendo por pensamento uma regulação silenciosa que se persegue para evitar a contradição, a exceção para si mesmo.

A banalização da injustiça social e a desnecessidade do pensamento

Folha - E o que saiu de cena e nos impediria de pensar?

Arantes - Algo que na experiência brasileira nos fazia pensar foi definhando, estancou a imaginação e abriu as comportas da idiotia triunfante e bem-pensante. É só reparar nas falas familiares com que os de cima vão se irresponsabilizando socialmente no vocabulário da moda, como se pode ver até cegar num filme espantoso, inclusive pela ambivalência, como "Cronicamente Inviável", de Sérgio Bianchi. Formou-se um bloco histórico da crueldade social. A capacidade de julgar e refletir por si mesmo que no vértice superior se eclipsou sob a capa do mais crasso cinismo. É assim - e ponto. E na base é mero embotamento defensivo, uma falta de juízo que anula a vontade de agir coletivamente diante da experiência bruta do sofrimento, da desgraça que se está infligindo aos outros, enquanto é atribuída a uma calamidade sistêmica. O psicanalista francês mencionado atrás dá mais uma volta no parafuso na procura da junção material entre a banalização da injustiça social e a desnecessidade do pensamento até esbarrar, na sua prática clínica, na evidência de que é pela mediação do sofrimento no destrozado mundo do trabalho que afinal se forma mais do que o consentimento, a colaboração com o serviço sujo da exploração. Sublinhe colaboração - não estamos brincando! A mesma colaboração do civilizado povo alemão naquilo que se sabe, sem falar na dos países ocupados. Com todas as ressalvas, mais do que óbvias, não estava abusando da careta assustadora, fazendo número fora de hora, quando comecei pela revelação da estupidez da inteligência no Terceiro Reich segundo Adorno e Horkheimer.

Chico Buarque e o "colapso de um projeto nacional"

Folha - Mas nosso apagão é bem distinto da tragédia nazista. Você parece anunciar uma catástrofe maior que aquela oferecida pelo nosso suave fiasco histórico, onde afinal nada acontece.

Arantes - De fato, não é uma catástrofe frankfurtiana. Nosso suave fiasco histórico, onde afinal nada acontece. Gostei da sua fórmula. Vamos inverter os papéis. Acabei de ler o seu "Chico Buarque" [Publifolha, 2004], mera coincidência. A propósito, fiasco é uma expressão traiçoeira, herda um pouco da síndrome carcomida do Brasil país-errado. Evoca o vexame, o papelão diante do mundo lá fora, ou, em versão bossa-nova, a promessa de felicidade que o nosso paraíso musical ainda está devendo ao mundo. Estou sendo injusto, você não pensa assim. Quem sabe o correto low profile do seu personagem não contaminou um pouco o livro, são de fato "suaves" os tons em que se apresentam o sem-número de variações do tema recorrente "colapso de um projeto nacional". Veja como é forte a tentação, mal e mal eu também o acompanho "vagando sobre escombros", num país insolvente, esquecido de si mesmo, à beira da anomia social, ... n vezes "inviabilizado", outra palavrinha traiçoeira com a qual aliás joga o tempo todo o filme do Bianchi. É verdade que você distingue com nitidez o regozijo caetanista,

de quem se deu bem no remelexo desta desagregação toda, do discreto e persistente mal-estar do seu objeto de estudo. É tudo muito em surdina, confesso que preferia a estridência de suas crônicas sobre TV - e não pelo gosto do grotesco pelo grotesco. Em confronto, o desmanche do Chico é muito estilizado, quase bom-moço. Mas não é o ponto onde quero chegar te entrevistando.

Folha - Voltemos então aos papéis de origem. Como ficamos?

Arantes - Também estou procurando identificar o vetor desagregador de todas estas mudanças, como você diz. Não é de hoje a sensação de que o país anda em círculos, quando não se estafa e sacrifica uma geração inteira justamente para não retroceder. A sensação segundo você de que algo anda sem sair do lugar, figurada nas canções de Chico Buarque, entra em cena, para citar dois modelos extremos, no enorme girar em falso entre animação e fastio identificado pelo Roberto Schwarz na hélice que empurra a narrativa machadiana em direção à coisa nenhuma, nulidade porém de uma classe proprietária confortavelmente instalada entre dois mundos, e culmina no movimento delirante de "Cidade de Deus" (o romance de Paulo Lins, não o filme!), que também não leva a lugar algum, como me lembro de Vilma Arêas [crítica literária, professora da Unicamp] ter comentado, referindo-se a um poder neutralizador dos esforços tanto lícitos quanto ilícitos dos pobres para mudar de situação, ali também as coisas não andam e nada acontece. Tudo isto é verdade e otimamente bem achado e melhor ainda formulado. Mesmo assim fico pensando. Quanto aos artistas e sua função sismográfica, tudo bem, mas e nós?

Terceira década perdida. Quase uma geração.

Folha - O entrevistador é que pergunta.

Arantes - O país está entrando em sua terceira década perdida, quase uma geração, e o melhor de nossa crítica, uma vez enunciado esse teorema crucial, por sua vez parece que passou a andar em círculo, mimetizando as obras comentadas. Não me pergunte o que fazer, que não sou bobo assim a ponto de responder. Ou por outra, quem sabe com a mão de gato do outro Chico - o de Oliveira, o homem do "Ornitorrinco" [título do posfácio escrito em 2003 ao livro "Crítica à Razão Dualista", de 1973]⁸. Acho que com o esquema dele levamos alguma chance de sair desse redemoinho conceitual em que rodopia o "nosso suave fiasco histórico". É certo que a evocação de tal bichinho anômalo é o derradeiro tributo que este Chico de agora ainda presta aos antigos esquemas de emparelhamento na escala evolutiva das nações. Mas só. A sociedade derrotada do outro Chico - o Buarque - também comparece, mas a cena agora é escancaradamente materialista, e as coisas pelo menos mudam de lugar. A começar pelo entorse cavalari na tradição crítica do Brasil-em-construção, sem jogar fora, digamos, as suas conquistas, submetidas a uma triagem das mais drásticas. O tal colapso deixa de ser um naufrágio na praia, uma desconexão imerecida, para exprimir uma integração total, perversa a mais não poder, porém sem resto. O "nosso" trabalho informal em metástase anuncia o futuro do setor formal mundo afora, está aqui um dos grandes laboratórios em que Terceira Revolução Industrial, regime financeiro da acumulação etc. precipitaram a universalização de trabalho abstrato.

⁸ Sobre o Ornitorrinco cf. entrevista com Francisco de Oliveira no *IHU On-Line* n.º 77, de 29 de setembro de 2003 (Nota do *IHU On-Line*)

O Mundo-favela. A brasilianização do mundo

Num artigo recente, Mike Davis [urbanista norte-americano]⁹ descreveu este panorama avassalador como um mundo-favela atravessado pelo tumulto de um gigantesco proletariado informal. Tudo em linha com a versão crítica - pois há uma apologética - da tese da brasilianização do mundo¹⁰, algo como a extensão planetária da nossa fratura. Espero estar conseguindo sugerir que a questão de saber se somos ou não "viáveis" não faz mais o menor sentido. Que mesmo a idéia substantiva de desenvolvimento supõe um quadro de normalidade capitalista que tampouco resiste ao menor teste de realidade, que o digam as horrendas sociedades que são as máquinas chinesa e indiana de crescimento. Vivemos num estado de emergência econômica permanente, não é por nada que lá no centro do mundo volta e meia alguém proclama que o planeta está maduro para uma nova recolonização, dos territórios relevantes, é claro. No resumo da economista Leda Paulani, a melhor imagem deste "admirável mundo novo do trabalho", como quer Ulrich Beck, é a da brasileiríssima empregada doméstica vivendo da mão para a boca, sem registro e direitos quase nenhum, jornada de trabalho elástica e indefinível, porém proprietária de um celular. Novamente não me pergunte o que fazer. Só sei que a base de uma nova política é essa. Ou é melhor falar de outra coisa.

O não-acontecimento de uma ruptura que nunca estivera nos planos de ninguém

Folha - O PT mobilizou durante duas décadas uma energia social pela mudança que agora, no poder, está tratando de frustrar. A ressaca que começa a pipocar por aí na esquerda é de que tamanho?

Paulo Arantes - A ressaca para a esquerda não foi tão destrutiva como se temia, estão quase todos vivos, embora a ficha de cada um deva cair no seu devido tempo. Mas houve uma outra ressaca. Os mais bisonhos quando se recordam ainda falam em momento mágico, mas seria muito mais prudente denominar "desrecalque localista". E que ainda pode voltar, pois se trata de uma percepção pública administrável por um bom marketing. Lembro que há meio século Antonio Candido¹¹ assim batizou a redenção, pela impregnação da sensibilidade cultivada local pelos valores da modernidade artística e cultural, a reabilitação dos componentes mais vexatórios e por isso mesmo mais recalcados de nossa nacionalidade tida como primitiva. Pois o movimento que culminou na eleição de Lula pode ser encarado como um desrecalque desta mesma ordem, porém de um alcance "localista", praticamente do tamanho do Brasil profundo, e

⁹ Mike Davis, intelectual de origem operária, chofer de caminhão, é professor de urbanismo no Southern California Institut of Architecture e articulista da imprensa americana é autor dos livros **Cidade de Quartz. Escavando o futuro de Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1990 e **Ecologia do Medo. Los Angeles e a fabricação de um desastre**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

¹⁰ O conceito "brasilianização" é usado por Ulrich Beck, no livro **Il lavoro nell'epoca della fine del lavoro. Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile** (O trabalho na época do fim do trabalho. Ocaso das seguranças e novo empenho civil). Torino: Einaudi, 2000, p. 3-15 e p. 132-156. Michael Land no livro **The Next American Nation**. New York-London: 1995, p. 216, cunhou o conceito brasilianização: "O perigo principal com o qual os Estados Unidos confrontar-se-ão no século XXI não é a balcanização, mas o que se poderia chamar de brasilianização. Com a brasilianização não compreendo a separação das culturas pela etnicidade, mas a separação da etnicidade pelas classes". Alain Lipietz igualmente usa o mesmo conceito em LIPIETZ, Alain, **La Société en Sablier. Le partage du travail contre la déchirure sociale**. Paris: Découverte, 1996. Esta nota é extraída de NEUTZLING, Inácio, "Sociedade do trabalho e sociedade sustentável: algumas aproximações", in: OSOWSKI, Cecília e MÉLO, José Luiz Bica de, **O Ensino Social da Igreja e a Globalização**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002, p. 38-39. (Nota do **IHU On-Line**)

¹¹ O importante livro **Os parceiros do Rio Bonito** de Antonio Candido será apresentado no dia 9 de setembro pelo Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo, professor na UFRGS dentro da programação do II Ciclo de Estudos sobre o Brasil, promovido pelo IHU. (Nota do **IHU On-Line**)

não tão profundo assim. Os profundísimos de plantão encheram a boca com aquelas besteiras que brotam do fundo da alma. O ornitorrinco começou a devanear, o animalzinho simpático. Foi um tal de matar as saudades do Brasil, de voltar a gostar do Brasil, de redescobrir a poética das formações incompletas, o charme inconfundível das sociedades felizmente mal-acabadas. Remakes de alvoradas no morro, compositores vestidos de branco como anjos do tempo e da paciência. Como os milagres acontecem, éramos de novo uma sociedade nacional. Mas quem anunciava essa nova procissão de milagres era a mesmíssima elite em estado de secessão, rentista e dolarizada, embalada pelas novas promessas de um capitalismo de fundos de pensão. Desrecale de alívio. O não-acontecimento de uma ruptura que nunca estivera nos planos de ninguém, outro suave fiasco, esse realmente histórico. Abortara afinal a cultura da reclamação. Mede-se o respiro pelas comparações cretinas recorrentes. Na Venezuela, a gesticulação de um bufão deflagrara uma contra-revolução, assim sem mais. Na vizinha Argentina, o vírus populista do ressentimento consumira as derradeiras energias. O Brasil se transformara enfim numa ONG torrencial. Vamos ver a quem será apresentada a conta.

Terceirização de funções do Estado pelas ONGs

Folha - A quem será?

Arantes - Sabe-se até bem demais. A economia nacional resume-se hoje ao serviço da dívida para assegurar a renda mínima do capital, como diz o João Sayad, o qual obviamente - o capital, não o João- não tem o menor interesse que ela algum dia seja paga. Seria o caso até de processar o Estado por lucros cessantes. Deu-se com isso a progressiva terceirização de funções do Estado por uma fauna de ONGs, ressaltadas as boas almas de praxe. Verdadeiras máquinas de sucção e repasse de verba, e tome informalização do trabalho. Tudo isto é sabido, não é de hoje que o sopão do terceiro setor é engrossado por patronesses ao lado de cooperativas de fachada, banqueiros-cidadãos, corretores de inclusão social e por aí afora, nessa nova fronteira de negócios. Mas o principal benefício é sobretudo ideológico. A barafunda mental disseminada pela parolagem da responsabilidade social e outros malabarismos de marketing. Eficácia ideológica assegurada por uma linguagem híbrida - novo jargão da autenticidade. A fome de transcendência parece ter voltado com força total com a "sociedade civil". Medida profilática de higiene política: todo o dia ao se levantar prometer não empregar a dita cuja e seus derivados e similares. Como isso ainda é remoto no Brasil, mas não a sua aura, deixo de lado outra dimensão-chave do terceiro setor, o negócio "humanitário" e os "campos" que vai semeando mundo afora nas fronteiras do novo imperialismo. Foi nesse terreno que no fim dos 70 a nova esquerda, hoje nova direita, começou a embarcar na "era da emergência", e emergência como sucedâneo da ultrapassada política do confronto, movida a ressentimento e outras paixões tristes. O novo espírito do capitalismo mora neste jargão da autenticidade empresarial-cidadã, gerada entre o novo management flexível e as sobras ritualizadas do ideário meia-oito, a derradeira isca a pôr de joelhos a esquerda agradecida.

Folha - E o governo do PT, como entra nessa história?

Arantes - Escaldado pela derrota de 89, o PT já pegou este bonde andando. Aos poucos o encaixe se tornou perfeito. Quando os distraídos abriram os olhos, CUT e Bank Boston já estavam namorando firme. O Banco Central foi apenas mais uma parceria. A novidade, visível na atual cinematografia onguista, consiste na maneira pela qual o acervo do desrecale localista do momento injetou matéria brasileira estilizada neste jargão da autenticidade que circula entre as classes confortáveis do país e do mundo, e logo chegará à doméstica de celular via novela e marketing interativo. Quando o populismo lulista precisar arregaçar as mangas em defesa do espólio recente, a linguagem já estará prontinha da silva. É o que lhe resta. Mais as

bolsas-padrão Banco Mundial. Como de desenvolvimento nunca ouviu falar, tanto é que deixou que sitiessem o velho Banco do Largo da Carioca, e a macroeconomia, outra enfeitada, ficou com os seus donos de sempre, sobrou para oferecer ao distinto público, como prata da casa, a figura do "operador" de palácio e Congresso, mas este qualquer bicheiro derruba, em geral a pedidos.

VIANNA REBATE CATASTROFISMO DA CRÍTICA DA USP

Entrevista com Luiz Werneck Vianna

*Animar "o lado nacional-desenvolvimentista" do governo é o papel da crítica à esquerda, segundo o cientista político Luiz Werneck Vianna, do IUPERJ, no Rio de Janeiro. Ele emite essa e outras opiniões na entrevista a seguir, feita e publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, em 18 de julho de 2004. Para Vianna, o lado financista já ganhou a disputa, mas vale a pena alimentar os divergentes para um próximo round: "Quem sabe eles não se sobressaem nas eleições?" Werneck Vianna vê com "irritação" as análises de Paulo Arantes e Francisco de Oliveira, da USP, a quem atribui um "diagnóstico furado".*

Folha - O que há na crítica à esquerda? Incômodo?

Luiz Werneck Vianna - Entre os militantes petistas propriamente há desanimados. Já houve desistências, mas há por aí análises catastróficas, não da situação brasileira, mas mundial. Só vêem coisa negativa. Uma anticultura material, uma coisa filosofante que domina na USP, que anda organizando as cabeças. É um diagnóstico furado. Não vejo o mundo assim.

Folha - E como vê?

Vianna - Acho que vai, que vai indo... A democracia avança. Aqui e alhures. Estava lendo exatamente filósofos paulistas, numa irritação danada. É de um humanismo abstrato, vê a economia como inimiga...

Folha - Qual o papel que uma crítica à esquerda pode ter?

Vianna - Animar. Esse governo é dois. Tem o lado dominante, que é do Palocci. Tem outro que se inclina mais na tese do nacional-desenvolvimentismo (representante mais visível é o Carlos Lessa [BNDES]).

Folha - Ainda há disputa entre esses lados ou o 1º já ganhou?

Vianna - É um jogo ganho para o Palocci, mas que não leva à eliminação do outro. O governo vai avançando com as duas patas. O importante para quem é de esquerda é observar que é um governo que não reprime o movimento popular, que é sensível na audiência - pelo menos. Não vejo na perspectiva claro-escuro como vêem. Temos de animar esse 2º lado. Quem sabe eles não se sobressaem nas eleições?

Folha - O senhor foi a um encontro acadêmico na UFMG neste mês do qual participaram dois ministros. Qual o limite da interlocução?

Vianna - Não deixa de ser uma tentativa do governo de participar. Foram intervenções políticas (a dos ministros Luiz Dulci e Patrus Ananias). Foram bem aceitos, não houve mal-estar. Interpretaram bem essas duas faces do governo. Uma dominante e a outra que fica assuntando para ver se vai para algum lugar, mas não vai para lugar nenhum. Está lá o Palocci e está lá o Lula, garantindo o Palocci. Mas do jeito que falam, não se contrapõem ao Palocci (por incrível que pareça). Usam o argumento da contingência aí o confronto não se estabelece. Eles vão assim até o final dos tempos, e acho que vão conseguir alguns resultados. O País pode crescer

4,5%, o que não é pouco. Mas, é uma percepção naturalístico-vegetativa da economia, bem regada e cuidada pelo Palocci. Crescimento que interfere pouco, não cria emprego.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Livro da Semana

MULTIDÃO. GUERRA E DEMOCRACIA NA ERA DO IMPÉRIO

Novo livro de Antonio Negri e M. Hardt

Acaba de sair nos EUA, pela Penguin Press, o novo livro de Antonio Negri e Michael Hardt, **Multitude. War and Democracy in the Age of Empire**. O livro foi comentado por Francis Fukuyama, o teórico da teoria da fim da história, numa resenha publicada no jornal **New York Times Book Review**. Fukuyama critica o livro afirmando que os autores "fornecem uma solução imaginária para um problema real". Fukuyama é extremamente cético no que se refere ao conceito de multidão, que está na base do livro, conceito já trabalhado no livro **Império**, e mais ainda com o conceito "extremamente confuso de trabalho imaterial". Fukuyama, por um lado, sustenta que uma leitura somente negativa da globalização não dá conta da complexidade do fenômeno, mas por outro lado, ele reconhece a ameaça que, sobretudo, depois do 11 de setembro, os EUA representam por causa do seu enorme poder militar, econômico e cultural. Esta notícia está publicada nos destaques diários da página do IHU do dia 26 de julho de 2004.

Michael Hardt, em entrevista concedida ao **IHU On-Line**, n.º 89, de 12 de janeiro de 2004, anunciava a publicação desse livro. Lá ele dizia: "O livro será publicado em agosto de 2004. Ele terá duas diferenças em relação ao primeiro volume [**Império**]. Nós tentamos escrevê-lo em uma linguagem mais acessível, com o propósito de atingir um público maior. Além disso, enquanto o primeiro volume analisa as novas questões ligadas ao poder, à estrutura do poder, o segundo oferecerá uma possível alternativa à questão do poder. No novo livro, nós aperfeiçoamos o conceito de 'multidão', que será oferecido como uma alternativa às abordagens tradicionais sobre o poder. Seu título, aliás, deverá ser **Multidão**".

Michael Hardt, é um dos principais pensadores da esquerda americana e estuda especialmente os aspectos políticos, legais, econômicos e sociais da globalização - da qual costuma ser um crítico contundente. Autor de **Gilles Deleuze - Um Aprendizado em Filosofia** (Ed. 34) e **Vozes no Milênio** (Gryphus), escreveu, com Negri, **Império** e **Labor of Dionysus - A Critique of the State-Form** [Trabalho de Dionísio - Uma Crítica da Forma-Estado]. Seus principais estudos focam o trabalho de figuras importantes na história da teoria política, como Marx, Gramsci, Foucault, Deleuze e Guattari.

Antonio Negri, 70, é cientista social e filósofo italiano e um dos principais pensadores do movimento antiglobalização. Membro da Autonomia Operária - movimento de orientação marxista no norte da Itália -, foi condenado a 13 anos de prisão, acusado de responsabilidade moral em atos de violência na Itália nos anos 1960 e 1970. Depois de ficar 14 anos exilado em Paris, em 1997, retornou voluntariamente à Itália e passou a cumprir a pena em regime semi-aberto no presídio de Rebibbia. Autor de "Exílio" (ed. Iluminuras), "A Anomalia Selvagem" (34), "Cinco Lições sobre Império" (DP&A) e outros.

O jornal **Folha de S. Paulo**, 1-8-04, traduziu e publicou a resenha de Francis Fukuyama, traduzido por Luiz Roberto Mendes Gonçalves, e entrevistou Michael Hardt. A entrevista foi feita por Márcio Senne de Moraes.

A Multidão, segundo Francis Fukuyama

Francis Fukuyama, professor de economia política internacional na Universidade Johns Hopkins (EUA), escreveu, em 1992, **O Fim da História e o Último Homem**, (Ed. Rocco), em que diz que a história havia chegado a seu termo, uma vez que a sociedade teria atingido um estágio máximo de desenvolvimento. Para ele, ao contrário do que dizia Marx, esse estágio último não seria o socialismo, mas a democracia capitalista ocidental. Membro do Conselho de Bioética dos EUA, Fukuyama escreveu **Nosso Futuro Pós-Humano** (Ed. Rocco), em que avalia as conseqüências - que considera negativas - da engenharia genética para a humanidade. É autor também de **Confiança, A Grande Ruptura** (ambos pela Rocco) e **State-Building - Governance and World Order in the 21st Century** [Construção do Estado - Governabilidade e Ordem Mundial no Século 21], publicado neste ano nos EUA e ainda sem previsão de lançamento no Brasil.

"Muito antes de o 11 de Setembro e a guerra do Iraque colocarem a idéia na cabeça de todo mundo, Michael Hardt e Antonio Negri tinham popularizado a noção de um império moderno. Quatro anos atrás, eles afirmaram em um livro amplamente discutido - intitulado **Império**¹² [Ed. Record] - que o globo está dominado por uma nova ordem imperial, diferente das anteriores, que se baseia na dominação militar declarada. Esta não tem centro; é administrada pelos Estados-nação ricos do mundo (particularmente os Estados Unidos), por corporações multinacionais e por instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional. Esse império - conhecido como globalização- é explorador, antidemocrático e repressivo, não apenas para os países em desenvolvimento, mas também para as pessoas excluídas no Ocidente rico. O novo livro de Hardt e Negri - "Multitude - War and Democracy in the Age of Empire" [Multidão - Guerra e Democracia na Era do Império, ed. Penguin, 352 págs., US\$ 27,95]- afirma que o antídoto para o império é a realização da verdadeira democracia, "o governo de todos por todos, uma democracia sem qualificadores". Eles dizem que a esquerda precisa deixar para trás conceitos antiquados como proletariado e classe trabalhadora, que simplificam exageradamente as diversidades de gênero/raça/etnia/classe do mundo atual. No lugar deles, propõem o termo "multidão" para capturar o caráter "comum e singular" daqueles que se situam em oposição aos ricos e poderosos. Esse livro - que vagueia de análises das regras de propriedade intelectual e animais modificados por engenharia genética a discursos sobre Dostoiévski e o mito do Golem - trata de um problema imaginário e de um problema real. Infelizmente, ele nos oferece uma solução imaginária para o problema real. O problema imaginário deriva da compreensão básica dos autores sobre economia e política, que em seu âmago permanece imutavelmente marxista. Para eles, simplesmente não existe um intercâmbio econômico voluntário, apenas hierarquia política coercitiva: qualquer divisão desigual de recompensas é uma evidência *prima facie* de exploração. A propriedade privada é uma forma de furto. A globalização não tem nenhum benefício redentor (a ascensão da Ásia Oriental da posição de Terceiro Mundo para a de Primeiro Mundo nos últimos 50 anos não parece ter registro em seu mapa mental). De modo semelhante, a democracia não está incorporada em constituições, partidos políticos ou eleições, que são simplesmente manipuladas para beneficiar as elites. A metade dos americanos que vota nos republicanos evidentemente não faz parte da multidão do livro. A tudo isso Hardt e Negri acrescentam uma teoria extremamente confusa, sua visão do que Daniel Bell rotulou de sociedade pós-industrial e que foi mais recentemente chamado de "economia do conhecimento". O "trabalho imaterial" dos trabalhadores do conhecimento difere do trabalho na era industrial, dizem Hardt e Negri, porque não produz objetos, mas relações sociais. É inerentemente comunitário, o que implica que ninguém pode legitimamente se apropriar dele

¹² A apresentação do livro *Império* de M. Hardt e Antonio Negri, no dia 16 de abril de 2003, iniciou a atividade *Abrindo o livro do IHU*. (Nota do *IHU On-Line*).

para objetivos particulares. Os programadores da Microsoft podem ficar surpresos ao descobrir que, como colaboram mutuamente, seus programas pertencem a todo mundo. É difícil saber até como abordar esse conjunto de afirmativas. A globalização é um fenômeno complexo; ela produz vencedores e perdedores entre ricos e pobres, igualmente. Mas o leitor jamais conheceria essas complexidades lendo "Multidão". Então passemos ao problema real de Hardt e Negri, que se refere à governança global.

Desafio real

Nesta altura da história humana, desenvolvemos instituições políticas democráticas razoavelmente boas, mas somente no nível do Estado-nação. Com a globalização - e os crescentes fluxos de informação, bens, dinheiro e pessoas através das fronteiras -, hoje os países têm melhores condições de ajudar, mas também de prejudicar, uns aos outros. Na década de 1990, o dano era sentido basicamente por meio de choques financeiros e perdas de empregos e, depois do 11 de Setembro, adquiriu também uma dimensão militar. Como afirmam os autores, "o resultado da atual forma de globalização é que certos líderes nacionais, tanto eleitos como não-eleitos, adquirem maior poder sobre populações fora de seus próprios Estados-nação".

Os Estados Unidos estão envolvidos de maneira singular nessa acusação devido a seu enorme poderio militar, econômico e cultural. O que enlouqueceu as pessoas ao redor do mundo na abordagem unilateral do governo Bush à guerra do Iraque foi sua afirmação de que não teria de responder a ninguém, senão aos eleitores americanos, pelo que faz em partes distantes do globo. E, já que instituições como as Nações Unidas estão despreparadas para lidar com a legitimidade democrática, esse déficit de democracia é um desafio real e constante em nível internacional.

Os autores estão conscientes da acusação de que eles, assim como os manifestantes antiglobalização em Seattle que eles celebram, não têm soluções reais para essas questões, por isso passam mais tempo discutindo como consertar as atuais instituições internacionais. O problema é que qualquer conserto é politicamente difícil de efetuar, senão impossível, e promete apenas benefícios marginais. As instituições democráticas que funcionam no nível de um Estado-nação não funcionam em nível global. Uma verdadeira democracia global, em que todos os bilhões de pessoas da Terra realmente votassem, é um sonho impossível, enquanto as propostas existentes para modificar o Conselho de Segurança da ONU ou mudar o equilíbrio de poder entre ele e a Assembleia Geral são azarões políticos. Tornar o Banco Mundial e o FMI mais transparentes é um projeto válido, mas dificilmente solucionaria a questão subjacente da responsabilidade democrática. Enquanto isso, os Estados Unidos colocam empecilhos a novas instituições, como o Tribunal Penal Internacional. É nesse ponto que Hardt e Negri abandonam a realidade - chegando a uma solução imaginária para seu problema real. Eles afirmam que, ao invés de "repetir antigos rituais e soluções desgastadas", precisamos começar "uma nova investigação para formular uma nova ciência da sociedade e da política". A imprecisão da análise subsequente é notável. Segundo eles, o obstáculo fundamental à verdadeira democracia não é apenas o monopólio da força legítima detida pelos Estados-nação, mas a dominação implícita em virtualmente todas as hierarquias, que dá a certos indivíduos autoridade sobre outros. Os autores revestem a antiga utopia marxista do encolhimento do Estado com a linguagem contemporânea da teoria do caos e dos sistemas biológicos, sugerindo que as hierarquias deveriam ser substituídas por redes que reflitam o caráter diverso e comum da "multidão".

Estados mais fortes

A dificuldade dessa linha de raciocínio é que existe toda uma classe de questões que as redes não podem solucionar. É por isso que as hierarquias persistem, dos Estados-nação às corporações e departamentos de universidade, é por isso que tantos movimentos de esquerda que alegavam falar em nome do povo acabaram monopolizando o poder. Na verdade, a falta de poder e a pobreza no mundo atual não se devem ao excesso de poder dos Estados-nação, mas à sua fraqueza. A solução não é minar a soberania, mas construir Estados mais fortes no mundo em desenvolvimento.

Para ilustrar, vejamos as trajetórias de crescimento muito diferentes da Ásia Oriental e da África subsaariana na última geração. Duas das economias de crescimento mais rápido no mundo atual estão nos países mais populosos, China e Índia; a África subsaariana, em contraste, viu sua renda per capita declinar tragicamente no mesmo período. Pelo menos parte dessa diferença é consequência da globalização: a China e a Índia se integraram à economia global, enquanto a África subsaariana é uma parte do mundo que mal foi tocada pela globalização ou pelas corporações multinacionais.

Mas isso levanta a pergunta de por que a Índia e a China conseguiram tirar vantagem da globalização, e a África, não. A resposta tem a ver em grande parte com o fato de que as primeiras têm instituições governamentais fortes e desenvolvidas, que fornecem estabilidade básica e bens públicos. Elas só precisaram abrir caminho para os mercados privados para desencadear o crescimento. Em contraste, os Estados modernos eram virtualmente desconhecidos na maior parte da África subsaariana antes do colonialismo europeu, e a fraqueza dos Estados da região foi a origem de seus problemas desde então.

Assim, qualquer projeto para consertar os males do "império" deve começar com o reforço, e não o desmantelamento, das instituições no nível dos Estados-nação. Isso não solucionará os problemas de governança global, mas certamente qualquer progresso real virá apenas por meio da inovação lenta e paciente e da reforma das instituições internacionais. Hardt e Negri deveriam lembrar-se da antiga visão do marxista italiano Antonio Gramsci, adotada mais tarde pelos verdes da Alemanha: o progresso não será alcançado com sonhos utópicos, mas com uma "longa marcha através das instituições".

A Multidão segundo Michael Hardt

A Rede Concreta

*O pensador e professor de literatura da Universidade Duke (EUA) Michael Hardt, autor - em parceria com o filósofo italiano Antonio Negri- do recém-lançado nos EUA **Multitude** [Multidão, previsto para sair no Brasil no segundo semestre de 2005, pela Ed. Record], defende a adaptação de conceitos da esquerda tradicional, como classe trabalhadora e proletariado, à realidade atual do mercado de trabalho e do mundo corporativo globalizado, criando um novo termo, chamado "multidão". "É necessário fazer uma análise do trabalho e das relações socioeconômicas atuais para que a multidão possa ser concebida. Assim, perceberemos como o trabalho e as relações sociais podem tornar possível um projeto político como a multidão", diz o autor de, entre outros, **Império** (também com Negri) e **Vozes no Milênio**.*

Francis Fukuyama afirma que a idéia de enfraquecer os Estados para protegê-los dos efeitos nefastos da globalização, que o senhor e Negri defendem em *Multidão*, é errada. Como o senhor responde a essa afirmação?

Fukuyama é um convicto pensador de direita, o que torna sua análise enviesada. E essa discussão é própria da esquerda. Há um debate importante na esquerda que estuda respostas para os problemas criados pela globalização neoliberal. Uma das respostas possíveis privilegia a soberania nacional, visto que ela pode ser um muro de proteção contra os poderes do capital global e contra sua capacidade de distorcer a organização e a sociedade nacionais. Sem dúvida, trata-se de uma posição defensável. Todavia nossa posição não é essa. Para nós, a solução para o problema não passa pelo fortalecimento da soberania nacional e pela construção de barreiras de proteção contra o controle neoliberal exercido pelos EUA. Cremos que seja necessário o advento de uma contraglobalização. Esta não daria tanta ênfase às fronteiras e à soberania nacionais, mas privilegiaria as conexões globalizadas, o intercâmbio. Não acredito que as duas posições sejam antagônicas.

Sim, mas como o senhor explica o enorme sucesso econômico da China e da Índia, países que têm um governo central forte, no mundo globalizado?

É claro que o sucesso econômico desses países veio acompanhado de outros fenômenos importantes. Para responder a essa questão, devemos analisar as hierarquias que são criadas dentro de um país durante seu processo de inserção no mercado global. Ou seja, parte do recente crescimento econômico chinês tem relação com uma crescente polarização de sua sociedade. Houve a criação de uma enorme população de pobres e excluídos e de uma pequena população de ricos. A entrada da China no mercado global e o crescimento de seu Produto Interno Bruto têm muito a ver com a crescente divisão de classes dentro do país, com a crescente disparidade entre os ricos e os pobres. Assim, devemos ter em mente que o crescimento econômico não é necessariamente positivo para os chineses em geral, pois beneficia uma elite. Ademais, o governo chinês e muitos intelectuais do país procuram um modo de adaptar a globalização a seus interesses maiores, buscando uma noção alternativa. A China é um exemplo dos efeitos da globalização tão forte quanto a Argentina, que ainda sofre o impacto da crise. Há outro modo de responder a essa pergunta. Em nossa estrutura global atual, há um tipo de movimento entre as nações que não altera a estrutura, mas apenas muda o lugar de cada uma na hierarquia mundial. A Índia pode crescer bastante e tornar-se mais forte que o Brasil no sistema global, porém isso não altera o sistema como um todo. Ou seja, continua a existir uma enorme disparidade entre as partes mais ricas do planeta e as mais pobres. Numa perspectiva global, parece-me pouco interessante ou pouco relevante que um país ganhe força em relação a outras nações. Afinal, o sistema global continua a ser baseado em hierarquias radicais e na grande pobreza da maioria de seus atores. O que temos de fazer, em minha opinião, é tentar imaginar um sistema global que possa proporcionar um tipo de democracia ou uma maior igualdade econômica a todas as populações do mundo. Em termos genéricos, a esquerda precisa começar a pensar no modo como o "mundo ideal" deveria ser. A direita já faz isso há muito tempo e imagina diferentes ordens globais o tempo todo. No passado recente, a esquerda esteve numa posição defensiva e deixou de propor modelos mais democráticos.

Mas isso não é utópico?

Há duas formas de utopia. Primeiro, uma inútil, que privilegia situações que nunca se tornarão realidade. Segundo, há o uso saudável do pensamento utópico, que consiste em pensar que o mundo pode ser melhor e que esse objetivo pode ser atingido por meio do exercício da imaginação. A segunda forma de utopia permite que os seres humanos avancem em direção a soluções mais democráticas e razoáveis para a maioria das pessoas e é, portanto, positiva. Não devemos simplesmente pensar que não podemos mudar o mundo porque, se ninguém

imaginar que pode fazê-lo, o sistema global continuará tal qual o conhecemos hoje, repleto de desigualdades e de injustiças.

Fukuyama diz que Negri e o senhor argumentam que termos como proletariado e classe trabalhadora estão ultrapassados e que a esquerda deveria adotar outro, definido como multidão, que capta a singularidade daqueles que se levantam contra os ricos e poderosos e o que há de comum entre eles. O senhor poderia explicar esse novo modo de análise?

Talvez não devêssemos pôr as coisas dessa forma. Não argumentamos realmente que a esquerda deve abandonar os conceitos de classe trabalhadora ou de proletariado. Contudo dizemos que eles devem ser mudados para acompanhar as transformações existentes nas próprias classes trabalhadoras. Muitas vezes, quando usamos o termo classe trabalhadora, acabamos nos referindo apenas ao proletariado industrial. Isso não captura a dimensão de todos os que trabalham hoje e cria certas exclusões. Por exemplo, os camponeses e outros grupos de trabalhadores são excluídos dessa definição. Assim, em vez de opor-se a esses conceitos, a multidão é uma tentativa de atualizá-los e completá-los. Para tanto, é necessário perguntar quem são os trabalhadores hoje em dia, o que fazem e como se organizam. Creio que é desse modo que, às vezes, um novo conceito ou um novo termo podem nos ajudar a entender o fenômeno que temos pela frente em sua totalidade.

Sim, mas como essa multidão seria constituída e ganharia consciência de sua existência?

Há um pré-requisito com o qual começamos nossos estudos, que é a constatação de que sua composição teria de envolver uma espécie de trabalho preparatório, já que, para defini-la, devemos concluir uma análise socioeconômica sobre quais são as formas de trabalho atualmente. Essa análise preparatória pode ser a base de um projeto político como a multidão. Em outras palavras, a multidão não é um sujeito que já existe. Ela não é o todo dos trabalhadores conforme já o são atualmente. Em nossa visão, a multidão é um projeto político por si só. Ou seja, poderemos nos tornar a multidão se conseguirmos encontrar um modo de organização que permita que isso ocorra. Eis um modo de explicar o conceito, mas não é o único. Essa via nos mostra que é necessário fazer uma análise do trabalho e das relações socioeconômicas atuais para que a multidão possa ser concebida. Assim, perceberemos como o trabalho e as relações sociais podem tornar possível um projeto político como a multidão.

Fukuyama argumenta que, em *Multidão*, a globalização (ou o império) é descrita como algo sem benefícios redentores. Como o senhor vê essa afirmação?

Na primeira página do livro, dizemos algo que contradiz essa afirmação. Afirmamos que a globalização tem duas faces. Uma delas é uma forma de dominação e constitui a face mais conhecida do fenômeno hoje. Mas a outra face é justamente a relação de cooperação e de comunicação que o fenômeno proporciona. Ambas coexistem. E, enquanto combatemos uma delas, que, para nós, representa uma nova forma de dominação, de controle corporativo e de hegemonia americana, temos de reconhecer a força positiva da outra face da globalização, que permite um maior intercâmbio. Para mim, a afirmação de Fukuyama advém de sua idéia de que fizemos um trabalho antiglobalização. Mas isso simplesmente não é verdade. Nem Negri nem eu nem a grande maioria das pessoas que protestam contra as ações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional ou da Organização Mundial do Comércio somos essencialmente antiglobalização. Somos favoráveis a outro tipo de globalização. Isso me parece claro, mas algumas pessoas não conseguem admiti-lo porque têm uma agenda política.

Nesse contexto de dominação, já que o lado negativo do fenômeno é o mais visível, como o senhor explica o fato de alguns países do leste asiático, como a Coreia do Sul, terem se tornado mais ricos e fortes após se abrirem à globalização?

Volto a dizer que a globalização não é apenas algo negativo. Argumento que há aspectos da globalização que criam uma maior disparidade entre os ricos e os pobres e formas mais extremas de exploração. No mesmo círculo econômico da globalização, porém, há maiores possibilidades de cooperação entre grupos e países e de trabalho conjunto. Não digo, portanto, que na Ásia ou na América do Sul a globalização é um fenômeno uniforme, que pode ser considerado bom ou ruim. Na verdade, precisamos perceber as diferenças existentes nos aspectos distintos da globalização para, então, podermos trabalhar para fortalecer o que é positivo e para abrandar o que é negativo. Tomemos a crise recente ocorrida na Argentina como exemplo. É possível ser contrário à globalização neoliberal e argumentar que a solução é fortalecer a soberania nacional e buscar separar o país do mercado global e do controle das empresas multinacionais. Todavia esse não é nosso argumento. Para nós, a única solução para problemas do gênero não privilegia a soberania nacional e não passa pelo fechamento das fronteiras. Para nós, é preciso que haja mais colaboração entre as nações e as populações, criando uma globalização alternativa. Ou seja, defendemos um modelo que privilegia o trabalho em direção a uma forma de democracia que pode funcionar na esfera global.

No entanto Negri e o senhor sustentam que a democracia não é encarnada pelas leis ou pelas instituições tradicionais, que, em sua opinião, só servem para beneficiar as elites. O que seria a verdadeira democracia, que poderia se opor ao lado negativo da globalização, de acordo com seu livro?

No que tange à democracia, certamente não somos os primeiros a criticar a natureza pouco democrática das estruturas nacionais existentes hoje. Há vários exemplos possíveis, como a eleição presidencial americana de 2000. Não estamos sós nessa discussão, outros analistas também criticam a ausência de democracia nas estruturas e instituições nacionais. Mas isso não é o mais importante. O que realmente conta é que, quando observamos além da escala nacional e analisamos o horizonte global, reconhecemos que as formas nacionais de democracia não são adequadas para levar uma espécie de relação democrática à cena internacional.

Mesmo que o presidente dos EUA seja eleito democraticamente pela população, isso não significa que sua eleição seja globalmente democrática, pois seu poder tem efeitos muito fortes sobre o restante do planeta, que não vota nos EUA. Em vez de falar em democracia verdadeira ou falsa, devemos reconhecer que, em escala mundial, a democracia tem de ser algo diferente do que existe dentro dos Estados-nação. Na cena global, não podemos utilizar o conceito de democracia local e suas instituições desenvolvidas em escala nacional.

Para tanto, o senhor afirma que as hierarquias nacionais e internacionais têm de ser substituídas por redes, que refletiriam a diversidade da multidão. Como esse processo de formação de uma democracia global poderá ocorrer?

Certamente, isso poderia ser a base do início da constituição da multidão. Em termos concretos, a formação da democracia global passa pelas redes. Estas já existem de várias formas diferentes. Logicamente, algumas são benéficas, outras são nocivas. Todavia a razão pela qual devemos falar dessas redes ou das relações de comunicação e de colaboração que caracterizam cada vez mais o trabalho é o fato de que algo novo só poderá ser imaginado tendo isso como base. É por conta disso que não estamos fabricando uma utopia. Trata-se da

base sobre a qual algo novo poderá ser construído. Há dois modos de tornar o planeta mais democrático. Um deles requer considerarmos os vários tipos de reforma do sistema global que têm sido propostos, e não há penúria no que concerne às propostas de democratização do sistema global, da ONU, OMC, do FMI. A outra via requer certo trabalho filosófico. Afinal, devemos imaginar um novo conceito de democracia e novas instituições, não apenas instituições reformadas que poderiam ser a base da democratização do sistema. Creio que ambas as vias sejam parciais e insuficientes, mas elas se completam e permitem o advento de um projeto para responder à aspiração de tornar o sistema global mais democrático. Não dizemos, no livro, que conhecemos a solução para os problemas mundiais, mas mostramos que é preciso buscar alternativas.

Que tipos de reforma institucional são necessários e quais novas instituições deveriam ser criadas para ajudar na democratização do sistema internacional?

Há uma longa lista de propostas feitas por inúmeros grupos e pessoas que consideramos positivas em nosso livro. Muitas são obviamente justas, mas não são factíveis. Por exemplo, é extremamente não-democrático o funcionamento do Conselho de Segurança da ONU, o fato de haver membros permanentes com poder de veto etc. Assim, há propostas para expandi-lo, permitindo que líderes regionais, como a Índia e o Brasil, se tornem membros permanentes ou para tornar sua composição rotativa. Trata-se de propostas de reforma democráticas. Mas devemos ter em mente que, para reformar as agências da ONU ou seus órgãos principais, dois terços do próprio Conselho de Segurança têm de aprovar as mudanças, o que as torna muito difíceis. É útil falar sobre esse tipo de mudança, já que isso cria um ambiente positivo, contudo devemos ter em mente as razões pelas quais essas reformas não são possíveis. Afinal, isso pode permitir que outras pessoas pensem em modos de reformar a ONU para tornar o sistema global mais democrático. Como não somos os únicos que queremos tornar o sistema mais democrático, o livro serve para que as pessoas e as instituições estudem outras mudanças possíveis.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Memória

22 DE JULHO DE 1944: A INFÂNCIA DO DOMÍNIO AMERICANO

Em Bretton Woods se delineava a nova ordem econômica mundial.

*Por ocasião do 60º aniversário de Bretton Woods, traduzimos e reproduzimos o artigo do jornal italiano **Il Manifesto**, em 22 de julho de 2004.*

A nova ordem do mundo pós-guerra, era, financeiramente, estável, mas estreitamente ligada à economia estadunidense. Sessenta anos após, os filhos daquele pacto, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, parecem ser eles próprios vítimas da globalização iníqua que eles criaram pondo em funcionamento o Sistema Monetário Internacional, estabelecendo a paridade fixa dólar-ouro. Talvez nenhuma entre as altas personalidades governamentais presentes em Bretton Woods teria imaginado que sessenta anos depois, o mundo se

encontraria diante de uma guerra global permanente e problemas financeiros semelhantes àqueles que haviam conduzido à crise de 1929. Nem levantariam a hipótese de interrogar-se novamente de quais instituições globais necessitariam para evitar novamente o pior. Do ponto de vista econômico, financeiro e comercial, o mundo está, sem dúvida, profundamente mudado desde que os EUA e o Reino Unido, então guiados pelo influente ministro do tesouro John Maynard Keynes, se confrontaram, seguros da vitória da guerra, na conferência internacional. Mas foi precisamente com as numerosas propostas de Keynes, as quais até hoje mantêm um caráter inovador, que se iniciou o domínio americano o qual marcou a segunda metade do século vinte, até chegar aos nossos dias. Em Breton Woods, optou-se por um mundo financeiramente estável, mas estreitamente ligado à economia americana. Não deve, pois, surpreender que, quando em 1971, Nixon decidiu romper a paridade dólar-ouro e, conseqüentemente, subverter por inteiro o sistema monetário, ninguém pôde objetar nada. Com aquela passagem, lançaram-se as bases para a globalização iníqua e irracional que vivemos hoje, fonte sobretudo de desgraças e promessas falhadas de desenvolvimento, em vez de uma redistribuição das riquezas em escala global, nos limites que nos impõe o planeta.

O dogma do livre comércio

A globalização avançou mais velozmente do que se pensava, até impelir, nos inícios dos anos 1990, os EUA de Bill Clinton a apostarem no dogma do livre comércio, com a criação, em 1994, da Organização Mundial do Comércio – OMC. Precisamente aquele “terceiro pilar”, que também Keynes teria desejado em 1944. Na verdade, Keynes via como prioritária a organização que se ocupasse de comércio, mas, na época, os americanos o vetaram. Certamente, o ministro do tesouro inglês pensava em algo diferente de uma instituição global, baseada na palavra da liberalização dos comércios globais a todo custo. Sua visão era uma instituição que obrigasse cada país a fazer, no fim do ano, um balanço comercial e pagamentos com ajuste das contas, sob pena de uma multa internacional com a qual se financiaria o desenvolvimento dos mais pobres. Seguramente, o curso da história do planeta teria sido outro se Keynes tivesse conseguido isso.

Quando se chega aos sessenta anos de idade, dever-se-ia buscar a aposentadoria. Antes de tudo, dever-se-ia fazer um balanço da própria existência, talvez escutando críticas externas, para depois se entregar a uma velhice de sabedoria, pondo-se à parte, conforme o caso, para dar lugar ao novo. Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional nem sequer pensam em fazer isso. Embora vivam há tempo uma profunda crise de legitimidade, ironicamente agravada nos últimos anos por seus próprios idealizadores, ou seja, os novos chefes da Casa Branca e do Congresso Americano, que, sempre mais alérgicos às instituições globais e sempre mais vulneráveis aos efeitos desestabilizadores da globalização econômica, requerem uma restrição do mandato e dos financiamentos das duas instituições. Agora, de fato, com a crescente desintegração de sua doutrina neoliberal (o “Consenso de Washington”), as instituições de Bretton Woods parecem ser elas mesmas vítimas da globalização que criaram.

O prêmio Nobel para a economia, Joseph Stiglitz, renegado economista-chefe do Banco Mundial, nos descreveu e explicou admiravelmente as crises financeiras do Sudeste asiático, que depois envolveram a Rússia e o Brasil em 1997-1998. A obra de Stiglitz colocou no banco dos réus, sem possibilidade de apelação, o Fundo Monetário Internacional, réu que acreditou, até o rompimento da catástrofe, que a liberalização total dos capitais, em nível internacional, era a única via a ser seguida. Pouco contavam as especulações financeiras e os lucros de curto prazo dos investidores globais, livres para entrar e sair de um país quando quisessem. Especuladores que tinham as costas protegidas, pois estavam seguros de que, na eventualidade de uma crise, seria o bom e velho Fundo o salvador de todos, exceto da

população dos países em crise. Recentemente, o Fundo vivenciou a “afrota” sem precedentes da Argentina. Ou seja, um estado em grave crise econômica demonstrou que hoje os grandes países emergentes do Sul podem dizer um não ao Fundo Monetário Internacional e não pagar o próprio débito.

Diversamente do Fundo Monetário Internacional, a partir do fim dos anos 1980, o Banco Mundial acabou no olho do ciclone, principalmente graças às críticas e às lutas nacionais e globais da sociedade civil. O impulso inicial de tais reivindicações têm sido dadas pelas ações não-violentas dos ativistas do vale do Narmada, na Índia, marcado pelos desastrosos diques financeiros do Banco Mundial. Como reação, nos últimos quinze anos, o Banco procurou continuamente mudar, expandindo o próprio campo de ação, a fim de não aceitar abertamente a falência econômica e de desenvolvimento de suas intervenções passadas. Os ajustes estruturais do sistema de Bretton Woods, pensados para resolver a incapacidade do Sul do mundo em pagar o débito financeiro, muitas vezes ilegítimo, para o rico Norte, trouxeram apenas mais miséria. Privatizações de entidades públicas, liberalizações do mercado de capitais, cortes indiscriminados às despesas sociais, porque considerados improdutivos e produções concentradas em poucos bens destinados à exportação, para assim obter moeda preciosa para pagar o débito, não permitiram, especialmente aos países mais pobres, possuir um estado social e um sistema de coleta de poupança nacional para sustento da economia nacional. Diante da evidência dos desastres financiados, no início dos anos 1990, o Banco diminuiu o seu apoio a grandes projetos, aceitando a necessidade de dotar-se de um mínimo de linhas-guia, também ambientais e sociais. Ao mesmo tempo, no entanto, esta mudança não tocou o coração econômico do Banco, uma instituição, que, nos últimos nove anos, se escondeu atrás da imagem de um “banco do conhecimento”, que pode ajudar os outros financiadores e os países do Sul a pensar como financiar o desenvolvimento. As contradições são evidentes, a ponto de levantar a hipótese de uma verdadeira esquizofrenia.

Débitos sem Fundo

Enquanto, de um lado, o Banco Mundial afirma limitar-se a prestar assistência técnica para as negociações comerciais aos países do Sul do mundo, a fim de torná-los mais ativos na negociação da Organização Mundial do Comércio, do outro, impõe, aos países em desenvolvimento, novas condições em favor da liberalização comercial pelos próprios préstimos. Se, com o exercício da definição de estratégias de redução da pobreza em nível nacional, se aceita o princípio que diz respeito também aos países do Sul, de fixarem a prioridade do próprio desenvolvimento em consulta à sociedade civil, ao mesmo tempo o Banco desenvolve um papel político, por meio de uma nova geração de condicionalidades sobre o próprio crédito, que giram em torno do conceito mais subjetivo de “bom governo”. Em substância, o Banco elabora a valoração de um país com base em parâmetros a serem considerados sempre mais políticos. Enfim, o Banco Mundial pede mais recursos aos países doadores, para atingir os objetivos de desenvolvimento do milênio, especialmente na África, afirmando estar investindo onde o capital privado não chega, mas depois visa sempre mais à facilitação de investimentos externos privados, levantando como hipótese, em sua nova estratégia para o setor privado, a possibilidade de, com empréstimos e doações, sustentar as empresas em seus investimentos nos países mais pobres. Desse modo, elas recebem uma cobertura política contra os riscos dos investimentos, muitas vezes até em áreas de conflito.

Com o advento da administração Bush nos EUA, o Banco Mundial está vivendo uma verdadeira involução. Para responder às exigências das grandes indústrias do Norte e também por pura exigência dos bancos, de manutenção de um elevado retorno sobre os investimentos para os países acionistas, o Banco está reconsiderando sua intervenção no setor das grandes infra-

estruturas mediante grandes projetos. Existe o risco que se retorne a financiar diques, como aqueles no vale do Narmada, ou grandes oleodutos na África ou na Ásia Central. Vem daí a necessidade de fazer retroceder todas as regulamentações ambientais e sociais que o Banco havia assumido, desde o momento em que seriam um impedimento a estes novos projetos. E isso precisamente quando, nos meses passados, a décima primeira revisão externa de *experts* (o *Extractive Industries Review*) recomendou ao Banco Mundial sair do negócio dos combustíveis fósseis, porque estes projetos eram incapazes de gerar desenvolvimento. É uma provocação para o Banco, que parece decidido a rejeitar tais recomendações, apesar das pressões da sociedade civil, e que, mais que preocupar-se com as mudanças climáticas ou com os direitos dos povos indígenas, quer competir com o setor privado, porque ameaçado em sua própria sobrevivência. Parece um *dejá vu do* que aconteceu em 2000, com a revisão da autorizada Comissão Mundial sobre os diques, cujas recomendações não foram jamais adotadas pelo Banco. Mas, não se pode compreender plenamente o papel do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no atual processo de globalização, sem fazer referência à questão mais geral dos atuais fluxos financeiros Norte-Sul.

Segundo os dados das Nações Unidas, de 1996 em diante, o fluxo financeiro global andou do Sul para o Norte do mundo. Tudo isso, apesar da ajuda ao desenvolvimento, dos crescentes investimentos privados nos países em via de desenvolvimento e das remessas sempre mais substanciais dos imigrantes. O que pesa de maneira esmagadora é o débito, que continua sendo a cadeia que bloqueia o crescimento e o desenvolvimento autônomo dos países em via de desenvolvimento. O problema estrutural do débito do Sul do mundo, para cuja solução tinham sido aplicados os falimentares ajustes estruturais, permanece ainda como não resolvido. Banco e Fundo controlam uma fatia substancial dos, aproximadamente, 2,5 trilhões de dólares que o Sul deve ao Norte, mas, ao mesmo tempo, gozam de um *status* de credores privilegiados, ou seja, são os primeiros a quem é preciso pagar. A iniciativa Hipc – reunião dos países mais endividados do mundo - de 1996, para o cancelamento do débito dos 42 países mais pobres e endividados do mundo, chega à sua conclusão com um resultado francamente discutível: débito cancelado até o fim para 8 países e, para outros 19 países, em perspectiva, para um total de 31 bilhões de dólares, sobre 103 bilhões de dólares previstos inicialmente. Banco e Fundo sempre se recusaram a recorrer às próprias reservas para tal cancelamento.

Hegemonia USA (EUA)

Há sessenta anos do fechamento da conferência econômica de Bretton Woods, há, pois, bem pouco a festejar. Os problemas-chave para assegurar um desenvolvimento sustentável e duradouro, baseado na redistribuição global das riquezas e numa estabilidade financeira, bem público global que interessa a todos, ainda subsistem. Além disso, temos duas instituições que, não obstante preguem a todos um bom governo, são na realidade, as menos democráticas. O sistema de governo interno do Banco e do Fundo permanece substancialmente aquele de um dólar, um voto, com os Estados Unidos que, oscilando entre os 15 e os 20 por cento das quotas, têm direito de veto sobre questões cruciais. A conexão com o sistema das Nações Unidas, não obstante o Banco e o Fundo serem duas agências especializadas ligadas à ONU, permanece virtual, por causa do enorme desequilíbrio orçamentário entre os dois sistemas. Os presidentes do Banco e do Fundo continuam sendo, por tradição, respectivamente, um americano e um europeu. Mas, após anos de pressões, sobretudo de parte do Congresso Americano, que há diversos anos solicita a restrição do mandato das duas instituições de Bretton Woods, os “filhos” daquele julho de 1944 estão, agora, numa encruzilhada: tornar-se um deles uma verdadeira agência de desenvolvimento global, com um inovador e democrático mecanismo de financiamento e de governo, e o outro, retornar a um mandato originário de

estabilidade financeira, aceitando inovadoras soluções para o cancelamento do débito, permitindo aos países protegerem seu próprio mercado de capitais e de poupança nacional, ou então acelerarem um inexorável declínio.

Quando se chega aos sessenta anos, dever-se-ia ser sábios o suficiente para escutar quem de várias partes, universidades, parlamentos e algumas capitais, pede uma verdadeira renovação. Caso contrário, quem sabe será necessário organizar, em breve, uma nova conferência de Bretton Woods, talvez na China, para redesenhar uma nova ordem econômica mundial com a nova superpotência oriental.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Deu nos jornais

O único projeto político: a reeleição

“Não tenho projeto político que não seja a reeleição do presidente”. A afirmação é de José Dirceu, ministro da Casa Civil, segundo artigo de Clóvis Rossi - **Folha de S. Paulo**, 4-7-04. Para o jornalista se for assim como disse, Zé Dirceu deve pedir demissão do governo, pois o cargo que exerce e pelo qual recebe dinheiro público, não tem essa função de reeleger um candidato.

China: Jesuíta de 91 anos cria um centro para cuidar de infectados pela Aids

Luiz Ruiz Suárez, jesuíta espanhol, 91 anos, a pedido do governo chinês, cria um centro para cuidar de pessoas infectadas pelo HIV, segundo reportagem publicada pelo jornal espanhol **El País**, 13-7-04. Segundo o jornal, há quatro meses as autoridades chinesas lhe solicitaram a criação de um sanatório em Hunan, sul da China. O jesuíta vive e trabalha na China há 60 anos e é conhecido como o “O Anjo de Macau”. Segundo o jesuíta, o centro atende, no momento, 17 doentes: “Damos-lhes o alojamento, cuidados e comida e o Governo chinês nos facilita os medicamentos”. Segundo o jornal, a China é um dos países onde o HIV mais depressa se expande. Para o padre jesuíta de 91 anos, o preservativo “é uma solução radical para evitar um mal maior: a morte”. Para este jesuíta nonagenário a luta contra a Aids é algo novo, pois dedicou a maior parte da sua vida a cuidar de doentes leprosos. “Quando cheguei aqui a Aids não era conhecida. Os doentes de lepra eram os mais necessitados”. Explicando a colaboração prestada pelo governo chinês, o jesuíta espanhol analisa: “São utilitaristas. Para eles não interessa que sejamos católicos. Lhes servimos e basta”. Segundo o jornal espanhol, o padre jesuíta, empreendeu no dia 12 de julho, uma viagem de 14 mil quilômetros de dez dias para visitar leprosários. Seus 91 anos não lhe pesam. Diz que o seu lema é: “Nada mais feliz que fazer alguém feliz!”

“Chantagem moral dos EUA”, segundo a França

A França acusou, dia 13 de julho, os EUA de estar pressionando aos países em vias de desenvolvimento para que deixem de fabricar medicamentos genéricos contra a Aids em troca de tratados bilaterais de livre comércio, indo contra os acordos firmados em Doha, em 2001. “É uma chantagem moral”, afirmou o presidente francês Jacques Chirac, numa mensagem lida pelo ministro da Cooperação, Desenvolvimento e Francofonia, Xavier Darcos, a milhares de participantes da Conferência Internacional sobre Aids que se realiza em Bangkok. A

Organização Mundial da Saúde -OMS - assegurou que o mundo “falhou de forma miserável” por não ter salvo as seis milhões de pessoas que morreram desde a conferência anterior, realizada em Barcelona, há dois anos. A notícia foi publicada, dia 14-7-04, nos jornais **El País** e **Página/12**. A França deste modo se une às ONGs e aos ativistas que acusam o governo de George W. Bush de não respeitar o acordo de Doha que possibilita aos países pobres ignorar os direitos de patente e fabricar cópias de baixo preço dos medicamentos originais no caso de sofrerem crises sanitárias. Desde então, Washington adotou uma série de alianças bilaterais com países que, segundo as ONGs e ativistas, fecham as portas à fabricação dos remédios mais baratos.

Bancos: lucros exorbitantes e menos impostos

“Os bancos que atuam no Brasil pagaram menos impostos neste início de ano, de acordo com levantamento feito pelo Banco Central. No primeiro trimestre de 2004, as instituições financeiras gastaram R\$ 1,487 bilhão com tributos. Em igual período do ano passado, foram R\$ 3,218 bilhões - uma queda de 53,8% (os valores são nominais)”, segundo a **Folha de S. Paulo**, 12-7-04. O Unibanco, ABN Amro e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), são exemplos de bancos que lucraram mais e pagaram menos impostos. “O levantamento foi feito com base nas demonstrações financeiras fornecidas por 139 bancos e 1.425 cooperativas de crédito. Os números se referem aos valores provisionados pelas instituições para o pagamento do Imposto de Renda e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) -principais tributos federais pagos pelas instituições”. O vice-presidente da área corporativa do Unibanco, Geraldo Travaglia, justifica este fato dizendo que “quando o dólar cai, o banco acaba pagando mais impostos. Segundo ele, foi o que ocorreu no primeiro trimestre de 2003, quando a cotação da moeda dos EUA recuou 5,1%”.

População carcerária dobrou em oito anos

Entre 1995 e 2003, a população carcerária do país dobrou, segundo estudos realizados por encomenda do governo federal. No meio da década de 1990, havia 148.760 detentos no Brasil; no ano passado, eles chegavam a 308.304. Se todos fossem reunidos numa cidade, ela teria quase o mesmo número de habitantes de Florianópolis. São 187,7 presos para cada 100 mil habitantes, relação só suplantada no continente americano pelos EUA, com seus 740 detentos por 100 mil - a maior população carcerária do planeta. Os dados constam do editorial “Cidade de presos” do jornal **Folha de S. Paulo**, 14-7-04.

Criar corações compassivos é o papel das religiões

“Dizer que nossa religião é a boa e a tua é a má é como dizer que minha mãe é boa e a tua mãe é uma prostituta”. A frase foi pronunciada pela madre Amritanandamayi, conhecida como Amma (Índia, 1953), um dos fenômenos religiosos mais notáveis desse tempo. Segundo o jornal **El País**, 14-7-04, ela está em Barcelona participando do IV Parlamento das Religiões, que reuniu no Fórum 2004 a 8 mil pessoas de 75 países e centenas de crenças. Amma proclamou que “o objetivo das religiões é criar corações compassivos”. Para ela, “80% dos problemas da humanidade se resolveriam erradicando a pobreza”.

Brasil ocupa o 72º lugar no ranking mundial de desenvolvimento humano

O Brasil perdeu sete posições no *ranking* mundial de desenvolvimento humano preparado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Os dados foram divulgados pela imprensa nacional. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, foi de 0,775, dois centésimos abaixo do registrado no relatório anterior, de 0,777. O IDH

é um indicador composto que avalia os avanços de cada país em três aspectos fundamentais: esperança de vida, educação e Produto Interno Bruto (PIB) per capita, mas também leva em conta outros dados, como a distribuição da riqueza e a desigualdade entre os gêneros. Entre 177 países, o Brasil é o 62º colocado no subíndice educação, quando, no global, é o 72º. O País continua levando uma década para que seus estudantes tenham um ano a mais de estudo na média. A situação no Brasil foi considerada pior do que a de seus mais importantes parceiros econômicos na América Latina, com a exceção do Paraguai, pois os outros integrantes do Mercosul obtiveram um desenvolvimento humano alto. A Argentina ficou em 34º lugar e o Uruguai, em 46º, enquanto o Chile e o México, países associados ao bloco econômico, ficaram em 43º e 53º, respectivamente. Estão ainda com IDH melhor que o Brasil: a Costa Rica (42º), Cuba (52º), Panamá (61º), e a Venezuela (68º). Com um IDH pior se encontram: Colômbia (73º), Peru (85º), Paraguai (89º), República Dominicana (98º), Equador (100º), El Salvador (103º), Bolívia (114º) Honduras (115º), Nicarágua (118º) e Guatemala (121º).

Brasil: o número de pobres

Segundo o relatório do PNUD, divulgado dia 14 de julho, o número de pobres permanece muito elevado no Brasil. Para o Pnud, são 22,4% os brasileiros que estão abaixo de uma linha de pobreza definida como sendo de até US\$ 2 por dia. Daria, portanto, US\$ 60 ao mês ou R\$ 180 reais, inferior ao salário mínimo. Mas há outras maneiras de medir a pobreza, entre elas a que é utilizada pela Fundação Getúlio Vargas, que aponta para 33% de pobres (ou 56 milhões de pessoas). Para João Carlos Libânio, porta-voz do Pnud em Brasília, o que é certo é que “dificilmente o Brasil atingirá a meta de reduzir a pobreza à metade até 2015”, aludindo a um dos objetivos fixados pela Cúpula do Milênio e assinados por FHC, em declaração publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, 15-7-04.

Brasil é o quarto país mais desigual do mundo

A desigualdade na distribuição de renda no Brasil o deixou na quarta posição entre os países mais desiguais do mundo, atrás apenas de Namíbia, Lesoto e Serra Leoa, todos na África subsaariana, continente com os piores indicadores sociais do mundo. O ranking faz parte do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004, que analisa as condições de bem-estar social em 177 países. A notícia está publicada no jornal *O Globo*, 15-7-04. O Brasil se iguala aos países africanos na fatia que os 10% mais pobres têm na renda nacional: apenas 0,5%, com diferenças apenas na segunda casa decimal. O que evita que o Brasil seja o primeiro em desigualdade é a renda dos mais abastados. Enquanto os 10% mais ricos ficam com 46,7% da riqueza brasileira, na Namíbia, por exemplo, eles têm 64,5%. “Todos os indicadores de desigualdade no Brasil são muito ruins, sempre. Quando se olha a fatia do 1% mais rico contra a mesma parcela dos mais pobres, a situação piora”, disse Maurício Blanco, do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets).

Horas extras no lugar de contratações

Pesquisa da Fundação Seade/Dieese mostra que 47,6% dos ocupados da região metropolitana de São Paulo - ou 3,8 milhões de pessoas - trabalharam em maio mais do que as 44 horas semanais da jornada fixada na Constituição. Analisando os dados, *O Estado de S. Paulo*, 4-7-04, afirma que “com essa estratégia, as empresas têm conseguido driblar o aumento da produção”. O aumento de horas extras significa um crescimento de 23,6% em relação ao mesmo mês de 2003. “Isso tem feito com que a recuperação da economia não venha acompanhada, na mesma proporção, pelo aumento do emprego. Mas essa fase tende a acabar

em breve: em períodos de recuperação econômica, os empresários recorrem inicialmente a horas extras e só depois voltam a contratar”, conclui a matéria.

O abusivo aumento das horas extraordinárias

“Os dados existentes mostram que as horas extraordinárias vêm crescendo significativamente nos últimos meses. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do convênio Seade/Dieese, o percentual de assalariados realizando jornadas acima das 44 horas legais subiu de 43% para 47,3% na comparação entre o primeiro trimestre de 2003 e o mesmo trimestre deste ano. No caso específico do setor industrial, a mesma pesquisa mostra uma expansão ainda maior: de 41,6% para 46,3%, no mesmo período. Entretanto o uso abusivo das horas extras não é um fenômeno apenas conjuntural, mas sim estrutural e recorrente em nosso país. O patamar da jornada média após 1988 caiu abruptamente, mas, ao mesmo tempo, observou-se forte crescimento do percentual de trabalhadores que pratica horas extraordinárias após aquele ano. A média de assalariados da indústria na Grande São Paulo que trabalhou além da jornada legal situava-se em 20% entre 1985 e 1988; 41% em 1996; e 45,6% em 2004”. A constatação e os dados estão no artigo *É preciso encarar o debate*, de autoria de Luiz Marinho, presidente nacional da CUT, Edílson de Paula Oliveira, presidente da CUT-SP e Adi dos Santos Lima, presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos de São Paulo. O artigo está publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, 21-7-04. O tema das horas extraordinárias foi abordado pelo **IHU On-Line** n.º 98, de 26 de abril de 2004, como tema de capa, sob o título: *A crise da sociedade do trabalho. Estamos saindo da sociedade industrial?*

Horas extras: 5,3 milhões de empregos deixam de ser gerados

Segundo o artigo acima citado, as horas extras “afetam diretamente a geração de empregos. Estima-se que, no Brasil, cerca de 5,3 milhões de empregos deixem de ser gerados em razão do excessivo volume de horas trabalhadas além da jornada legal. As horas extras prejudicam também a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores. E, em diversos casos, elas aumentam o próprio custo da atividade empresarial, por meio do pagamento de adicionais, da queda da produtividade, do aumento de acidentes de trabalho e processos trabalhistas”. Os dirigentes sindicais fazem a seguinte proposta: “Entendemos que é fundamental encontrar soluções alternativas. Não basta aumentar o adicional no valor da hora extra, já que os empresários tendem a continuar utilizando essa alternativa e a repassar o custo adicional para o preço do produto ou serviço. É necessário limitar as horas extras, criar parâmetros eficazes de controle e remuneração e estabelecer mecanismos de compensação das horas trabalhadas em horas de descanso. E isso deve ocorrer por meio do envio e da aprovação de uma nova lei de regulamentação das horas extras pelo Congresso e por meio da negociação direta entre capital e trabalho nos acordos coletivos”.

Inglaterra autoriza seleção de genes do filho para salvar um irmão doente

A autoridade britânica de Fertilidade Humana e Embriologia (HFEA) autorizou no dia 21 de julho de 2004, que algumas famílias podem selecionar os genes do seu próximo filho, de modo que seja compatível imunologicamente com um irmão enfermo e possa salvar-lhe mediante um transplante de medula. A notícia está publicada no jornal **El País**, 22-7-04. A técnica consiste em gerar vários embriões por fecundação *in vitro* e analisá-los geneticamente para ver quais são compatíveis com o irmão. O jornal **Folha de S. Paulo**, 1-8-04, aborda o tema no editorial “Projetando bebês”.

Banco Santander. Maior banco da região do euro?

Uma nutrida comitiva do grupo Santander embarcou dia 26 de julho para Londres, a fim de comprar o Abbey Bank, o sexto banco britânico por ativos, em operação que transformará o grupo espanhol no primeiro banco da zona euro, no quarto da Europa e no oitavo do mundo. Esta foi a principal notícia econômica de vários jornais espanhóis, brasileiros e latino-americanos no dia 26 de julho. A notícia foi destacada, entre outros, pelos jornais **Folha de S. Paulo**, pelo jornal argentino **Clarín** e pelo espanhol **El País**. Clóvis Rossi, enviado especial do jornal **Folha de S. Paulo**, que viajou para a Espanha a convite do Grupo Santander, conforme nota do próprio jornal, constata que “hoje, à frente do Santander, estão apenas dois bancos do Reino Unido (que ainda não aderiu ao euro) e um da Suíça, que nem faz parte da União Européia. A compra do Abbey representará, a médio prazo, uma desaceleração nas operações do Santander na América Latina, região em que tem hoje 33% de seus ativos (50% ficam na terra de origem, a Espanha, e 17% no resto da Europa). A intenção do banco, segundo a mídia espanhola, é manter os 50% que o grupo tem na Espanha, mas equilibrar os 50% restantes entre Europa e América Latina”. Mas, segundo Clóvis Rossi, “o Brasil não será afetado, pois, entre as operações latino-americanas, é a menina dos olhos do patriarca da instituição, Emilio Botín. Tanto é assim que, em novembro passado, em visita ao país, Botín já previa para 2004 um crescimento do Brasil na faixa de 4%, quando todas as previsões, à época, eram de 3,5% e, assim mesmo, com muitas reticências”.

FMI errou durante crise argentina

Uma auditoria interna do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgada dia 29 de julho, criticou o organismo por ter sido demasiadamente brando com a Argentina, durante o auge da década passada e na crise que resultou no colapso econômico de 2001. O informe, que gera dúvidas sobre como o órgão deve agir com o país no futuro, foi divulgado num momento em que o governo de Néstor Kirchner tenta alcançar um acordo sobre a dívida do país e superar as seqüelas da pior crise econômica de sua História. A notícia está publicada no jornal **O Globo**, 30-7-04. Durante boa parte da década passada, segundo o informe, o FMI considerou o país sul-americano um de seus melhores alunos, por ter adotado todas as receitas de abertura econômica. Nesse período, a Argentina privatizou quase toda sua economia, desde o transporte ferroviário ao sistema de previdência social. Também deu aos investidores estrangeiros livre acesso a seu mercado de capitais. O FMI teve cinco programas com o país nesses dez anos, desembolsando bilhões de dólares para sustentar o controverso sistema de conversibilidade, criado pelo então ministro da Economia, Domingo Cavallo, que estabelecia paridade entre o dólar e o peso. O documento conclui que o FMI apoiou essa política por um período excessivamente longo, até retirar o respaldo no fim de 2001. Isso provocou uma traumática desvalorização e uma contração econômica de 10,8%, com graves conseqüências políticas e sociais.

FMI e os 15 milhões de pobres argentinos

“O FMI faz uma autocrítica. Isso é muito fácil para eles. Fazem a autocrítica do que aconteceu na Argentina sentados em lugares e salões muito tranquilos, mas os erros deles fizeram que tenhamos mais de 15 milhões de pobres”, afirmou Néstor Kirchner, presidente da Argentina, comentando a autocrítica do FMI, segundo notícia acima. A reação do presidente argentino foi publicada pelos jornais **Clarín**, 31-7-04 e **El País**, 31-7-04.

A editoria Deu nos jornais foi elaborada em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT.

[\(Voltar ao índice\)](#)

Frases da semana

Os conselhos do FMI. Resultados

“Como é possível compreender que, enquanto o Brasil não aceitava esses conselhos [do FMI], de 1930 até 1980, desenvolveu-se de forma extraordinária e parou de crescer desde que passou a aceitá-los?”. - Luiz Carlos Bresser-Pereira no artigo ‘Chutando a escada’ na **Folha de S. Paulo**, 4-7-04.

“Como explicar que um grupo de países asiáticos tem experimentado um extraordinário desenvolvimento na medida em que adota reformas capitalistas, mas não as reformas que os países ricos aconselham, por meio do FMI e do Banco Mundial?”. - Luiz Carlos Bresser-Pereira no artigo ‘Chutando a escada’ na **Folha de S. Paulo**, 4-7-04.

Cotas

“As cotas são um álibi do governo para não fazer a verdadeira revolução educacional de que precisamos”. - José de Souza Martins, professor emérito da USP - **O Globo**, 14-7-04.

“Por que não se faz cotas para os caipiras brasileiros, tão explorados?”. - José de Souza Martins, professor emérito da USP - **O Globo**, 14-7-04.

IV Parlamento das Religiões

“Um diálogo inter-religioso de costas para o sofrimento das pessoas e dos povos, por causa de estruturas humanas injustas, é um diálogo que não tem razão de ser. Seria uma traição à vida, à justiça, à história e a nossas religiões não assumir agora um compromisso público em favor da paz e da justiça”. - IV Parlamento das Religiões, realizado em Barcelona - **El País**, 15-7-04.

PT escreve o Diário Oficial

“Antes escrevíamos teses, agora escrevemos o *Diário Oficial*”. - Cristovam Buarque, senador, PT/DF - **Jornal do Brasil**, 16-7-04.

“Lula não tem exercido essa liderança no Congresso, não conversa com ninguém, não consulta nem ouve ninguém”. - Cristovam Buarque, senador, PT/DF - **Jornal do Brasil**, 16-7-04.

Teologia Pública

“Se a teologia cristã compreender-se como função do Reino de Deus, pelo qual Cristo veio e a própria igreja afinal de contas está aí, então ela deve desdobrar-se na esfera pública como *theologia publica*”. – Jürgen Moltmann no livro **Experiências de reflexão teológica. Caminhos e formas da teologia cristã**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 75.

“Monetaristas” e “Desenvolvimentistas”

“Neste governo não existem clivagens do passado, entre ‘monetaristas’ e ‘desenvolvimentistas’ e outras classificações do gênero”. - José Dirceu de Oliveira e Silva, advogado, deputado federal licenciado (PT-SP), é o ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Antônio Palocci Filho, médico sanitário, é o ministro da Fazenda – **Folha de S. Paulo**, 23-7-04.

Uma coisa, outra coisa... o PT se explica...

“Uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa”. - José Genoíno, presidente do PT explicando o apoio do Banco do Brasil à campanha de financiamento da construção da sede do PT - **O Globo**, 27-7-04.

Crescimento econômico

“Trabalho com a certeza de que o ano de 2004 está ganhando do ponto de vista econômico”. – Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República – **Folha de S. Paulo**, 23-7-04.

“No crescimento que estamos tendo neste ano não há nenhum aspecto de bolha, nenhum, nenhum”. - Antonio Palocci, ministro da Fazenda - **Folha de S. Paulo**, 26-7-04.

Atrapalho da classe trabalhadora

“No governo Lula, a CUT tem sindicalistas dirigindo fundos de pensão que investem bilhões nas empresas privadas. Há uma promiscuidade que só atrapalha a classe trabalhadora”. - José Maria, presidente do PSTU – **Folha de S. Paulo**, 23-7-04.

[\(Voltar ao índice\)](#)

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

Ciclo de estudos sobre “O método”, de Edgar Morin

Com o objetivo de possibilitar um primeiro acesso e um maior aprofundamento do paradigma da complexidade a partir da obra **O Método** de Edgar Morin, continua no segundo semestre de 2004 o evento **Ciclo de estudos sobre “O método”, de Edgar Morin**, promovido pelo IHU.

A primeira edição do semestre ocorre na próxima quinta-feira, dia 5 de agosto de 2004. Na ocasião, o Prof. Dr. Álvaro Luiz Montenegro Valls conduzirá o **Seminário sobre O Método IV: As Idéias**. Doutor e mestre em Filosofia pela Universität Heidelberg, da Alemanha, Álvaro Valls é professor e pesquisador no PPG em Filosofia da Unisinos.

Confira a entrevista sobre o tema que o professor concedeu ao **IHU On-Line** por e-mail.

IHU On-Line - Qual o senhor considera a principal contribuição de Edgar Morin para a sociedade contemporânea?

Álvaro Valls - Não é possível fazer um julgamento objetivo, mas, sem dúvida nenhuma, um dos maiores méritos de Morin, além de seus imensos conhecimentos filosóficos e científicos está em sua capacidade de agitar, de flexibilizar estruturas mentais, e de dialogar com os diferentes discursos que subsistem isolados em nossa sociedade. Algo que chama a atenção nas minhas leituras é a importância que este autor dá ao indivíduo, de certo modo ao indivíduo solitário. Quer ele fale de um Pascal, de um Darwin, de um Einstein ou de um cientista dissidente russo, parece que a atitude de curiosidade e de busca de racionalidade que caracterizava Sócrates

está sempre presente. Com isso ele não ignora a importância da Instituição e do orçamento institucional, mas está afirmando que, em última análise, ciência ou conhecimento é algo que se dá no interior de um indivíduo que não abdica de sua capacidade crítica.

IHU On-Line - Quais considera as principais novidades expostas no volume IV de O Método?

Álvaro Valls - Esta pergunta exige uma certa hierarquização e, portanto, só poderá ser respondida no dia e na hora da palestra e assim mesmo terá de ser proposta tentativamente, para ser discutida com os leitores interessados.

IHU On-Line - O que o autor quer dizer com que "a linguagem, além de estar viva também é circular e infinita, autônoma e dependente"? Como as palavras se relacionam com as idéias, especialmente em um mundo onde a cultura da imagem está cada vez mais presente?

Álvaro Valls - Não sei se para Morin a cultura da palavra e a cultura da imagem estão assim tão separadas como parece supor a pergunta. Do modo como este autor encara as palavras (e os conceitos), elas estão muito próximas de imagens que não se reduzem a um significado frio e restrito encontrável em dicionários e enciclopédias, mas são antes veículos de alargamento de horizontes.

IHU On-Line - Por que considera importante que a obra de Morin seja estudada na Universidade por pessoas das mais diversas áreas?

Álvaro Valls - O próprio autor chama a atenção, neste volume, para o fato de que as universidades, com raras exceções, não costumam ser o lugar da descoberta do novo, da criatividade, da mudança, assumindo em geral antes as funções de conservação, de regulação, de reconhecimento. Com isso, ele não nega que as universidades atuais sejam um lugar adequado para o pensamento crítico, em que se procura evitar o dogmatismo, seja ele religioso, seja de uma ideologia no poder. Morin, tal como Hegel no começo do século XIX, faz um gigantesco esforço para inventar uma linguagem que aproxime as verdades das áreas estanques.

Confira a programação até o final do ano e agende-se:

Dia 19/08 - Seminário sobre O Método V: A humanidade da humanidade. A Identidade Humana
Ministrante: Prof. Dr. Inácio Neutzling - Doutor em Teologia - Pontifícia Università Gregoriana, Roma. Mestre em Teologia - PUCRJ. Professor e pesquisador na Unisinos – Coordenador do IHU.

Dia 02/09 - Seminário sobre A Educação no Paradigma da Complexidade
Ministrante: Prof.^a Dr.^a Valdemarina Bidone de Souza e Azevedo - Doutora e mestre em Educação - PUCRS. Professora e pesquisadora na PUCRS.

Dia 16/09 - Seminário sobre O Direito no Paradigma da Complexidade
Ministrante: Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Pós-doutor em Direito - Università degli Studi di Lecce, Itália. Doutor em Direito - École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Professor e pesquisador na Unisinos.

Dia 07/10 - Seminário sobre A Saúde no Paradigma da Complexidade

Ministrante: Prof. Dr. Naomar Monteiro de Almeida Filho - Doutor em Epidemiologia Antropologia Médica - University of North Carolina, Estados Unidos. Professor e pesquisador na UFBA.

Dia 21/10 - Seminário sobre A Economia no Paradigma da Complexidade

Ministrante: Prof. Dr. Ricardo Augusto Alves de Carvalho - Doutor em Sociologia das Mutações - Université de Paris VII, U.P. VII, França. Professor e pesquisador na UFMG.

Dia 11/11 - Seminário sobre A Epistemologia do Paradigma da Complexidade

Ministrante: Prof. Dr. Carlos Roberto Velho Cirne Lima - Livre-docente em Filosofia Geral, Lógica e Ética - UFRGS. Doutor em Filosofia - Universität Innsbruck, Áustria. Professor e pesquisador na Unisinos.

Abrindo o Livro

Os interessados em debater obras de difícil acesso já podem se agendar para as duas próximas sessões do evento **Abrindo o Livro**, do IHU. No próximo dia 12 de agosto, das 19h45min às 22 horas, na sala 1G119 do IHU, o Prof. Dr. José Roque Junges, do PPG em Ciências da Saúde da Unisinos, apresentará o livro **Adeus ao corpo. Antropologia e sociedade**, de David Le Breton (traduzido do francês por Marina Appenzeller). Campinas: Papyrus, 2003. 240p.

Já os adeptos à discussão sobre física têm encontro marcado com o Prof. Dr. Paulo Henrique Dionisio, das Ciências Exatas da Unisinos, no dia 15 de setembro de 2004, ocasião em que ele apresentará o livro **O ano miraculoso de Einstein: Cinco artigos que mudaram a face da física**, de John Stachel (organização e introdução). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. A apresentação desse livro é uma preparação remota para o Ano Internacional da Física a ser celebrado no ano de 2005 e que na Unisinos será comemorado com a realização, de 16 a 19 de maio de 2005, do **Simpósio Intenacional Terra Habitável: Um desafio para a Humanidade**.

Abrindo o Livro é um evento gratuito, que propõe a apresentação de livros estrangeiros e/ou nacionais de difícil acesso, para discussão e conhecimento da comunidade acadêmica e interessados.

IHU Idéias

Na próxima quinta-feira, dia 5 de agosto, o evento semanal **IHU Idéias** retoma suas atividades. **IHU Idéias** é um evento gratuito que acontece todas as quintas-feiras, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU.

O tema a ser discutido, no dia 5, será **Ética e Mídia**. O responsável pela condução da explanação é o Prof. Dr. Pedrinho Arcides Guareschi, da PUCRS. Confira um artigo sobre o tema escrito pelo professor exclusivamente para a matéria de capa da presente edição.

Acompanhe, a seguir, a programação do mês de agosto

12/08/04 – *Cinema de arte x cinema de entretenimento: o debate crítico e o ensino de audiovisual* - Prof. Dr. Fernando Soares Mascarello – Unisinos

19/08/04 – *O modo de objetivação jornalística. Práticas de jornal sob uma perspectiva foucaultiana* - Prof.^a Dr.^a Beatriz Alcaraz Marocco – Professora na Unisinos

26/08/04 – *Getúlio, 50 anos depois*- Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUC/RS

II Ciclo de Estudos sobre o Brasil

O segundo módulo do **II Ciclo de Estudos sobre o Brasil** tem data de início marcada para o próximo dia 9 de setembro. As inscrições podem ser feitas no setor de Admissão e Matrícula da Unisinos, custam R\$ 35,00 e encerram no dia 9 de setembro.

Confira o programa completo do evento:

Data: 09 de setembro

Livro: **Os parceiros do Rio Bonito**, de Antonio Candido
Prof. Dr. Paulo Seben de Azevedo – Professor na UFRGS

Horário: 14h às 17h.

Local: Sala 1G119.

Data: 30 de setembro

Livro: **Pedagogia do oprimido**, de Paulo Freire
Prof. Dr. Danilo Romeu Streck – Professor na Unisinos

Horário: 14h às 17h.

Local: Sala 1G119.

Data: 14 de outubro

Livro: **O continente**, de Erico Veríssimo
Prof.^a MS Eliana Inge Pritsch – Professora na Unisinos

Horário: 14h às 17h.

Local: Sala 1G119.

Data: 04 de novembro

Livro: **Grande sertão veredas**, de Guimarães Rosa
Prof. MS Rogério Mosimann da Silva – Professor na UCPel

Horário: 14h às 17h.

Local: Sala 1G119.

Data: 18 de novembro

Livro: **Dialética da colonização**, de Alfredo Bosi
Prof. Dr. Jaime Ginzburg – Professor na USP

Horário: 20h às 22h.

Local: Auditório Central.

Era Vargas em Questão

Por ocasião do cinquentenário da morte de Getúlio Vargas, surge a necessidade de debater o legado da Era Vargas. O Instituto Humanitas Unisinos, em parceria com o Programa de Pós-

Graduação em História da Unisinos, promove o *Seminário Nacional A Era Vargas em Questão 1954 - 2004*. O evento se realizará de 23 a 25 de agosto de 2004, no Auditório Central da Unisinos e tem como objetivo analisar criticamente a Era Vargas; refletir sobre o seu significado para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro; e descrever os principais aspectos econômicos, sociais, educacionais, políticos e culturais da Era Vargas. O Seminário é dirigido à comunidade acadêmica da Unisinos e das escolas de Ensino Médio da região metropolitana de Porto Alegre.

Será fornecido certificado de participação aos inscritos, que deverão pagar a taxa de R\$ 50,00.

As horas do evento poderão ser computadas como atividade complementar para os cursos de graduação em Economia, Direito, Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda.

Paralelamente às conferências e oficinas do evento, ocorrerá a Exposição Era Vargas em Questão, de 23 de agosto a 22 de setembro de 2004, das 8h às 22h, no Espaço Cultural do IHU, aberta à visitação.

Confira o programa:

23 de agosto

20h às 21h15min - Palestra: *A Era Vargas: o seu impacto na história sociopolítica brasileira* – Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho – UFF.

Coordenador da mesa: Prof. Dr. Werner Altmann - Unisinos

21h15min às 22h - Debate

24 de agosto

9h às 10h15min – *Era Vargas: seu contexto socioistórico, político e econômico* – Prof. Dr. Marco Antonio Villa – UFSCAR

Coordenadora da mesa: Prof.^a Dr.^a Eloísa Capovilla da Luz Ramos - Unisinos

10h30min às 11h30min - Debate

14h às 17h – Oficinas:

OF001 Vargas e Perón: uma confluência no populismo e seu contraponto cardenista – Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Sala 1C108

OF002 A política educacional na Era Vargas – Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti – Unisinos– sala 1C109

OF003 A cultura na Era Vargas – Prof.^a Dr.^a Eloísa Capovilla da Luz Ramos – Unisinos– sala 1C110

OF004 Vargas, campo religioso brasileiro e identidade nacional – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia – UFSC – sala 1C111

19h45min às 21h15min – *O modelo econômico da Era Vargas: impactos na sociedade brasileira* - Prof. Dr. Pedro Dutra Fonseca – UFRGS

Coordenadora da mesa: Prof.^a Dr.^a Berenice Corsetti - Unisinos

21h15min às 22h - Debate

25 de agosto

9h às 10h15min – *O Movimento Operário na Era Vargas: o movimento sindical, as greves e os partidos políticos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana - UNIRIO
 Coordenador da mesa – Prof. Dr. Inácio Neutzling - Unisinos
 10h30min às 11h30min - Debate

14h às 15h30min – Depoimentos
 Coordenador da mesa: Prof. MS Laurício Neumann - Unisinos
 14h às 14h30min - Lauro Hagemann
 14h30min às 15h - João Aveline
 15h às 15h30min - Debate

16h às 17h – Conferência: *Getúlio Vargas e a revolução brasileira* – Prof. Dr. Gilberto Vasconcellos - UFJF
 Coordenador da mesa: Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - Unisinos
 17h às 17h45min – Debate

20h às 21h15min - Conferência: *A importância de Getúlio Vargas na história da política brasileira* – Prof.^a Dr.^a Maria Victoria de Mesquita Benevides - USP.
 Coordenador da mesa: Prof. Dr. Werner Altmann - Unisinos
 21h15min às 22h – Debate

Simpósio Internacional Terra Habitável

Celebrando a memória do centenário do nascimento de Balduino Rambo (1905-2005), do cinquentenário da morte de Teilhard de Chardin e o centenário do *annus mirabilis* de Einstein, o Instituto Humanitas Unisinos está organizando o **Simpósio Internacional Terra Habitável: Um desafio para a humanidade**.

O Simpósio se realizará de 16 a 19 de maio de 2005, na Unisinos. O objetivo geral do evento é “Discutir alternativas de habitabilidade do planeta Terra sob uma visão transdisciplinar da economia, da física, da ecologia e da teologia”.

Os cartões anunciando o Simpósio foram lançados durante o III Fórum Mundial da Educação, em Porto Alegre, nos dias 28 a 31 de julho de 2004.

Para maiores informações escrever para humanitas@poa.unisinos.br

Sala de Leitura

A produção interna da Unisinos tem lugar garantido de divulgação e discussão no evento **Sala de Leitura**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos. O objetivo dos encontros gratuitos é propor a apresentação de livros de autores internos à Universidade, para discussão e conhecimento.

A próxima edição de **Sala de Leitura** terá à frente o professor Édison Gastaldo, que apresentará o livro por ele organizado, **Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. O evento tem data marcada para 17 de agosto de 2004, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU.

Ao final da explanação, haverá um debate com o organizador, que também é autor de um artigo na obra. O livro estará à venda no local. Aos presentes, será servido vinho e água.

Encontros de Ética para alunos

Os alunos da Unisinos interessados em discutir temas atuais, que envolvem a abordagem ética, estão convidados para participar do evento **Encontros de Ética para alunos**, que é gratuito e acontece a cada 15 dias. A primeira edição do segundo semestre de 2004 terá como tema *Medos visíveis e invisíveis*. Quem conduz o debate é o Prof. MS Julio Cesar Walz, da Escola Superior de Teologia (EST), de São Leopoldo. O evento acontecerá no próximo dia 16 de agosto, das 17h30min às 19h, na sala 1G119 do IHU.

Uma concepção de voluntariado para a Unisinos

Entre as publicações do Instituto Humanitas Unisinos estão os cadernos intitulados **Multitextos**. A publicação visa a colocar à disposição do corpo docente e discente da Unisinos, textos, artigos e reportagens que possam contribuir para a discussão e o debate dos temas pertinentes às áreas de concentração do IHU que são: Ética, Trabalho e Teologia Pública. Acaba de sair o caderno n.º 7, abordando o tema **Uma concepção de voluntariado para a Unisinos**. O texto define conceitos básicos sobre o voluntariado em relação à missão, ao credo e à visão da Universidade, comprometida com a cultura e com os valores da Companhia de Jesus. A centralidade do artigo está na solidariedade e na prática do voluntariado. A abordagem desenvolve-se em quatro perspectivas: a primeira procura uma aproximação ao tema do voluntariado na história, situando-o no contexto político-social; a segunda busca o entendimento do voluntariado, tendo como base a Doutrina Social da Igreja; e a terceira e a quarta explicitam a visão jesuíta, aplicando-a à Unisinos. A terceira perspectiva trata de duas questões essenciais em uma instituição educativa pertencente à Companhia de Jesus, que são: 1) Para que sociedade formamos? e 2) Que tipo de pessoa formamos? A quarta perspectiva centraliza o tema na Unisinos, apontando para algumas características que diferenciam a presença do voluntariado em um meio universitário e jesuíta.

Os números já publicados da Série **Multitextos** tratam dos seguintes temas: 1) **O Cristianismo - Uma Religião Entre Outras?** (Um Subsídio Para o Diálogo Inter-religioso - na perspectiva católica) Ano 1, n. 1 - 2003; 2) **A Argentina não caiu por si**. Ano 1, n. 2 - 2003; 3) **Oh, Deuses!** Ano 1, n. 3 - 2003. Toby Lester; 4) **Entre Pastoral e Administração. Dilema da Universidade Católica**. Ano 1, n. 4 - 2003. Pe. Dr. Luiz Roberto Benedetti; 5) **A Sociedade Líquida**. Ano 2, n. 5 - 2004. Zygmunt Bauman; 6) **A Universidade Pública sob nova perspectiva**. Ano 2, n. 6 - 2004. Marilena Chauí; e 7) **Uma concepção de voluntariado para a Unisinos**. Ano 2, n. 7 - 2004. Prof. Dr. Inácio Neutzling et alii.

Os Donos do poder, de Raymundo Faoro

Acaba de sair o n.º 19 dos **Cadernos IHU Idéias**. Ele trata da obra de Raymundo Faoro, **Os Donos do Poder**, e é de autoria da Prof.^a Dr.^a Helga Iracema Landgraf Piccolo. A autora faz uma apresentação da obra mais conhecida desse jurista, fazendo contrapontos com autores que se detiveram em analisar a obra de Raymundo Faoro. Em sua obra, Faoro, entre outros campos, enfatiza o econômico no processo colonial português e diz que ele foi “de tipo capitalista”. A expressão “estamento burocrático” que perpassa todo o texto é, sem dúvida, para a autora, uma das marcas registradas de **Os Donos do Poder**. O artigo acentua que a independência não extinguiu o regime colonial, que apenas se modernizou. Ao final de seu artigo, a autora afirma que, para Faoro, nessa obra comentada, somos herdeiros de tradições portuguesas, limitadoras de mudanças. A autora é graduada em Geografia e História pela UFRGS, especialista em Didática do Ensino Superior pela Unisinos e doutora em História

Social pela USP. Atualmente, é professora aposentada da UFRGS. A obra de Raymundo Faoro, **Os Donos do Poder**, foi apresentada no *Ciclo de Estudos sobre o Brasil*, de 20 de maio de 2004. O **IHU On-Line** n.º 101, de 17 de maio de 2004, publicou entrevista com a autora do caderno.

Os **Cadernos IHU Idéias** podem ser adquiridos na Livraria Cultural ou pelo endereço eletrônico: humanitas@poa.unisinos.br

IHU On-Line é reproduzido em sítio italiano

A entrevista realizada e publicada pelo **IHU On-Line** com Rosino Gibellini, por ocasião da realização do *Simpósio Internacional 'O Lugar da Teologia na Universidade do século XXI'*, sobre o teólogo jesuíta Karl Rahner, foi traduzida e reproduzida na íntegra no sítio da Editora Queriniana de Brescia, Itália. A Editora Queriniana é a mais prestigiosa editora italiana na área das ciências teológicas e uma das maiores da Europa. Na manhã do dia 15 de julho, em e-mail enviado pela Editora, a coordenação do IHU foi comunicada desta publicação que pode ser conferida no sítio www.queriniana.it.

Vale lembrar também que, no último mês de maio, uma entrevista realiza com Robert Kurz, feita e publicada pelo **IHU On-Line**, no n.º 98, de 26 de abril de 2004, sob o título *A globalização deve se adaptar às necessidades das pessoas, e não o contrário*, com o tema de capa sobre as mudanças do mundo do trabalho, foi traduzida para o alemão e publicada no sítio www.exit.org

Corporeidade e Teologia. Congresso Nacional da SOTER

Tendo como tema geral 'Corporeidade e Teologia' foi realizado, de 12 a 16 de julho últimos, em Belo Horizonte, o *Congresso Nacional SOTER 2004*. O evento, promovido pela Sociedade de Teologia e Ciências da Religião - SOTER, ocorre anualmente. Entre os representantes da Região Sul, estiveram os colaboradores da Unisinos o professor MS Inácio Spohr, integrante do GDIREC e professor nas Ciências Humanas da Unisinos e Adevanir Aparecida Pinheiro, coordenadora do Programa Gestando o Diálogo Inter-Religioso e o Ecumenismo (GDIREC) do IHU. Inácio Spohr e Adevanir Pinheiro fizeram uma avaliação do encontro, conforme entrevista, feita pela equipe de comunicação do IHU, veiculada no sítio www.ihu.unisinos.br no dia 23 de julho de 2004.

III Simpósio de Aconselhamento e Eugen Drewermann

No período de 5 a 7 de julho, aconteceu o *III Simpósio de Aconselhamento e Psicologia Pastoral - Faces do Cuidado: Teologia, Psicologia, Filosofia e Educação em Diálogo*, promovido pela Escola Superior de Teologia (EST) e pelo Instituto Ecumênico de Pós-graduação em Teologia (IEPGT), de São Leopoldo. O evento teve como palestrante principal o Dr. Eugen Drewermann, formado em Filosofia, Teologia e Psicanálise. Durante o Simpósio, aconteceu o lançamento de seu livro mais recente, traduzido para o português, *Religião para quê? - buscando sentido numa época de ganância e de sede de poder* (São Leopoldo: Sinodal, 2004). O Dr. Drewermann foi responsável pelas conferências *Cura e salvação: a dimensão terapêutica do cristianismo*; *Angústia e liberdade: a ambivalência fundamental do ser humano*; e *Racionalidade e mística cristã: uma relação conflituosa*. Confira no sítio www.ihu.unisinos.br, do dia 30 de julho de 2004, uma entrevista realizada pela equipe de comunicação do IHU com Susana Rocca, da Comunidade Missionária de Cristo Ressuscitado, e integrante do IHU, que participou do evento.

Editora Unisinos publica um novo livro de Jürgen Moltmann

Experiências de reflexão teológica. Caminhos e formas da teologia cristã, de Jürgen Moltmann, é o novo livro, recém-publicado pela Editora Unisinos. O título original é: *Erfahrungen theologischen Denkens – Wege und Formen christlicher Theologie*, publicado em 1999.

Jürgen Moltmann, nascido em 1926, professor emérito de Teologia Sistemática na Faculdade Evangélica da Universidade de Tübingen, Alemanha, é um dos teólogos mais criativos e mais lidos do nosso tempo. Ele é autor, entre outros inúmeros livros, das seguintes obras: *Teologia da Esperança*, *O Deus crucificado* e *O Caminho de Jesus Cristo*. A Editora Unisinos, no ano passado, publicou *A vinda de Deus. Escatologia Cristã*.

Tanto o livro recém-publicado quanto o anterior constam da Coleção Theologia Publica. O livro *Experiências de reflexão teológica. Caminhos e formas da teologia cristã* é o quinto volume desta coleção.

O boletim *IHU On-Line* n.º 94, de 29 de março de 2004, publicou uma ampla entrevista com Jürgen Moltmann sob o título *A Paixão de Cristo: por uma sociedade sem vítimas*.

[\(Voltar ao índice\)](#)

IHU REPÓRTER



Márcio Roberto de Mello

"Sejam todos bem-vindos!". Essa frase, escrita no quadro da sala do coordenador executivo do Curso de Ciências Contábeis da Unisinos, resume o caráter cordial de Márcio Roberto de Mello. O professor que se prepara para receber Bernardo, seu segundo filho, em agosto, mostra-se realizado com a profissão escolhida desde a adolescência. Márcio conta sua história de vida na entrevista concedida ao IHU On-Line.

Origens - Sou natural de São Leopoldo, assim como meus pais. Sou o filho mais velho e tenho um irmão sete anos mais jovem. Meus pais se casaram muito cedo e, por isso, optaram inicialmente por morar junto com meus avós, pais da minha mãe. Os anos passaram, e eles foram ficando, até hoje. Por esse convívio eu sempre digo que tenho dois pais e duas mães. A criação junto com meus avós é algo marcante na minha vida. Meu pai começou a trabalhar muito cedo, ainda adolescente. Estudou contabilidade no segundo grau e trabalhou por mais de vinte anos na área tributária da Prefeitura de São Leopoldo. Ele também se formou em Ciências Contábeis aqui na Unisinos. Minha mãe nunca trabalhou fora de casa. Sempre se dedicou à família e à costura. Ainda hoje ela tem um ateliê em casa.

Formação - Estudei da pré-escola até a terceira série do Ensino Fundamental em uma escola particular em São Leopoldo, chamada Santa Terezinha, que não existe mais. O restante da formação, até o final do Ensino Médio, cursei no Instituto Rio Branco, também em São Leopoldo. Ali eu fiz o segundo grau técnico em contabilidade. Prestei vestibular, ingressei no curso de Ciências Contábeis da Unisinos em 1988 e me formei em 1993. Em 1995 fiz um curso de Especialização em Administração Financeira na Unisinos, e em 1997 fiz Especialização em

Controladoria também na Unisinos. Em 2000 ingressei no Mestrado em Ciências Contábeis da Unisinos, que concluí em 2002.

Profissão - Desde a adolescência, eu já sabia o que queria ser, e meu pai teve influência nisso. Comecei a trabalhar com 15 anos, numa empresa metalúrgica, em São Leopoldo, que existe até hoje, chamada Bessey Metalurgia. Fiquei lá durante 8 anos, nas funções de *office boy*, auxiliar de custos, auxiliar de vendas e responsável pelo setor de custos e orçamento. Em 1994, comecei a trabalhar em uma empresa de produtos químicos, em Canoas. Foi uma experiência que me fez aprender muito. Depois de um ano, comecei a fazer trabalhos na área de consultoria, em empresas, atividade que exerço até hoje. No início de 1996, fiz um teste para ser professor na Unisinos, que deu certo. Eu era muito jovem e foi um desafio a primeira semana em sala de aula. Pude contar com a ajuda do professor Célio Wolfarth, que, na época, ministrava a mesma disciplina que eu ensinaria. Devo a ele o gosto pela profissão. Esse primeiro empurrão foi decisivo.

Coordenação de curso e mudanças na Unisinos- O curso de Ciências Contábeis sempre teve uma característica especial, de integração e proximidade dos professores e alunos com a coordenação. Em 2001, ao lado do professor Clóvis Kronbauer, que hoje está na Espanha fazendo doutorado, assumi a coordenação adjunta do curso de Ciências Contábeis. Foi um desafio exercer um cargo de gestão, coordenando um curso com professores que só de sala de aula já tinham mais que a minha idade. Na metade de 2003, fiquei com a coordenação executiva, bem no momento em que a Unisinos optou por essa nova estrutura administrativa. Ainda estamos aprendendo com esse modelo. A maior autonomia agiliza o processo de tomar decisões. Sabemos que há dificuldades, como todo processo de mudança. Mas o caminho é esse. Na atividade de coordenador de curso às vezes acabamos influenciando a vida pessoal do aluno, a escolha da profissão, a resolução de um problema... Temos até que fazer às vezes de psicólogos, escutar, acalmar, analisar e oferecer alternativas para tentar encontrar uma solução. O aluno fica muito grato à Universidade. Este é um grande valor que ele encontra na Unisinos: a possibilidade de sentir que a Universidade está preocupada em resolver o problema dele.

Ciências Contábeis – Tivemos, no Brasil, nas últimas décadas, uma cultura inflacionária, que prejudicava o trabalho da Contabilidade, porque a inflação distorcia os números apresentados em balanços anuais. A Contabilidade foi criticada por não conseguir transmitir informações condizentes com a realidade, perdeu a credibilidade, embora sempre tivesse muita importância. Com a criação do Plano Real e a estabilização da inflação em níveis civilizados, a Contabilidade passou a ter valor agregado muito grande para as empresas. Os números das demonstrações financeiras passaram a fazer muito mais sentido para as pessoas. A Contabilidade deixou há tempo de ser apenas uma exigência do Fisco, do Imposto de Renda, para arrecadar impostos. Hoje sem a Contabilidade não se tem um sistema de informação. Ela é essencial para o planejamento das empresas, para a tomada de decisões, fornecendo suporte. Oferece muitas opções e possibilidades de mercado, na área empresarial, e principalmente na área pública, que tem crescido muito com a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal. A utilidade e a importância da Contabilidade só tem a crescer.

Família - Casei com a Cláudia em julho de 1994. Este mês, comemoramos dez anos de união. No ano de 1997, nasceu nossa primeira filha, a Camila, que, em outubro, vai fazer sete anos. Ela foi um marco na minha vida, a realização do meu sonho de ser pai, que eu carregava desde

a adolescência. Um filho preenche a vida da gente. Não dá para explicar; só que tem, sabe. E agora, em agosto, virá nosso segundo filho, um menino, que se chamará Bernardo. Mais um contador vindo ao mundo!

Livro - *Pai Rico, Pai Pobre*, de Robert Kiyosaki e Sharon Lechter. Eu uso esse livro nas minhas aulas, em cursos e até com os amigos. Ele é muito importante, porque fala do aspecto do planejamento financeiro. Atualmente a maioria das pessoas aproveita o dia de hoje, até têm planos a médio prazo, mas não planejam a vida para daqui a 30 anos. Quando eu tiver 60 anos, o que eu quero fazer, onde eu quero estar, durante essa trajetória, o que eu estou construindo para meus filhos?

Filme - *O Sexto Sentido*, de M. Night Shyamalan, foi genial.

Presente - Livros e um abraço.

Nas horas livres - Sempre que aparece uma brecha no dia-a-dia me dedico à minha esposa e filha, principalmente, que consome o pouco tempo que sobra. É difícil ter um hobby. Dos 8 aos 18 anos eu pratiquei judô. Isso foi importante na minha vida, porque eu era muito tímido. A filosofia do judô me ajudou a ter segurança. Meu pai enxergou as minhas dificuldades e me colocou no judô para me ajudar a enfrentar a vida. Aprendi com esse esporte que cair é normal e o importante é levantar logo em seguida.

Um sonho - Ver os filhos felizes e realizados.

Momentos marcantes - O nascimento da Camila, a vinda do Bernardo e meu casamento.

Unisinos - Uma instituição séria e competente, que tem crescido ao longo do tempo em termos de qualidade, corpo docente e estrutura física. Ela tem toda a condição de oferecer uma formação completa para as pessoas. A Unisinos faz parte da minha vida.

IHU - O Instituto Humanitas é muito importante. Recebo todas as semanas o ***IHU On-Line*** e procuro ler o máximo possível. Vou direto ler as entrevistas da vida dos meus colegas e artigos ou entrevistas relacionadas à minha área. O IHU oferece formas para que as pessoas possam aprender e se desenvolver em áreas de conhecimento que não são as suas específicas. O trabalho realizado é muito positivo e está dentro do papel de uma universidade, que é propiciar o acesso ao conhecimento, ao que está se fazendo atualmente.

[\(Voltar ao índice\)](#)

SALA DE LEITURA



"Indico o livro ***A última grande lição - o sentido da vida***, de Mitch Albom. Editora Sextante, 192 páginas, 1998. O livro conta uma história verídica a respeito de uma experiência de vida do autor que tem muita relação com o meu trabalho. O autor relata o seu reencontro com um professor da universidade, vinte anos depois de formado. Este não é um simples reencontro.

Ele fica sabendo que seu mestre está para morrer e eles resolvem conversar uma vez por semana, durante treze semanas, até a morte do professor. Nestes encontros eles discutem a vida e suas experiências. Para o autor é o seu último curso com o mestre e mostra como a relação professor-aluno, às vezes, ultrapassa os limites da sala de aula. Por outro lado, revela também como o trabalho do professor pode se manter por longos anos influenciando a vida de seus alunos. É um livro indispensável para todo educador e qualquer pessoa que se interesse por assuntos relacionados a experiências de lições de vida".

Prof. Esp. Ricardo Ferreira Vitelli, graduado em Estatística, especialista em Metodologia do Ensino Superior, mestrando em Engenharia da Produção e professor nas Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos.



"Há tempos, procurava um livro que abordasse tópicos relacionados à Gestão de Negócios Internacionais, mas sem esquecer, no entanto, de tratar com maiores cuidados os aspectos relacionados à Gestão Internacional de Recursos Humanos. Coincidentemente, recebi, num certo dia, o livro **Administração global: estratégica e interpessoal**, escrito por Helen Deresky, professora de Gestão Estratégica, Gestão Internacional e diretora do Programa de Comércio Internacional na State University of New York. Tal obra foi publicada, no Brasil, pela editora Bookman, em 2004, contendo 375 páginas. Inicia abordando o cenário da gestão global (aspectos políticos, econômicos, legais e tecnológicos), sem esquecer a responsabilidade social e a ética. Num segundo momento, trata da questão cultural e sua relação com os processos negociais. A seguir, comenta brevemente sobre estratégias de operações internacionais e termina, num quarto tópico, referenciando a gestão global de recursos humanos, trazendo como ponto forte, a discussão sobre treinamento de executivos globais e a situação dos expatriados. Considero como um livro interessante para acadêmicos e executivos, nos mais diferentes estágios profissionais".

Prof.^a MS Lisiane Vasconcellos da Silva, graduada e mestre em Administração, e professora nas Ciências Econômicas da Unisinos.



"A releitura de **Império**, de Michael Hardt e Antônio Negri (Rio de Janeiro: Record, 2001, 504 páginas) articula três vetores importantes também para a contemporânea pesquisa em comunicação social: o conceito de Império, a anterioridade ontológica das multidões e a perspectiva de uma comunicação pós-midiática. Hardt e Negri compreendem o Império como o conceito que descreve a transição da esfera do Estado-Nação para os organismos internacionais cujos poderes se sustentam na 'destruição (pela bomba), no julgamento (pelo dinheiro) e no medo (pela comunicação)' (p. 378). Tais dispositivos funcionam como força reativa, no sentido nietzscheano, à potência da multidão; essa, incomensurável motor da história, capaz de agir, de transformar, de criar todo o tecido político. Com tal descrição - e influenciados, como afirmam, pelas obras de Marx, Deleuze e Guattari - os autores permitem, ainda, que não o desenvolvam, neste livro, pensar os parâmetros de uma comunicação pós-midiática (GUATTARI, Félix. **Cartographies schizoanalytiques**. Paris: Éditions Gallilée, 1989) que, ao expressar suas potências virtuais, também fazem variar as formas atualizadas de comunicação que se caracterizam pelo medo".

Prof. Dr. Alexandre Rocha da Silva, graduado em Jornalismo, mestre e doutor em Ciência da Comunicação e professor nas Ciências da Comunicação da Unisinos.

[\(Voltar ao índice\)](#)

CARTAS DO LEITOR

Publicamos, a seguir a mensagem que recebemos de Sônia Maria Haas, ex-professora da Unisinos, a quem entrevistamos na edição 95, de 5 de abril de 2004. A entrevista, com o título Berlinda na lua cheia: João Carlos Haas e a guerrilha do Araguaia, aborda a história da professora na busca do seu irmão, João Carlos Haas Sobrinho, morto e desaparecido durante o regime militar. Na época da entrevista, Sônia Haas aguardava o resultado de uma das ossadas que foi encontrada em 1996, sendo preliminarmente apontada como pertencente a João Carlos Haas. A carta que nos foi enviada por ela mostra que infelizmente as expectativas não foram confirmadas.

Amigos,

Hoje, 30 de julho, às 12h, recebi a informação sobre o resultado do exame de DNA da suposta ossada do João. Sinto-me assim, meio sem chão, meio sem rumo, uma sensação estranha de que tudo parece ter sido em vão. Sei que não, é uma luta e como todas tem a característica de se ganhar ou se perder.

Talvez este tenha sido o sinal, depois de 8 anos de espera, para deixar tudo como está, e ficar com a saudade e a pretendida despedida guardadas dentro de um canto especial do coração. Meu livro será o grande tributo ao sonhador e guerreiro João, figura humana exemplar.

Para encerrar, agradeço a todos vocês pela paciência e força que sempre me passaram nesta caminhada tão árdua, de tantos anos - 24 !

Sigamos na vida, em paz !

Sônia Maria Haas

Continue, Sônia, continue e conte conosco!

Instituto Humanitas Unisinos

[\(Voltar ao índice\)](#)

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU – , da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaño (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

